



Relatório da Avaliação Quadrienal 2017

Serviço Social

Coordenadora da Área: Maria Lúcia Teixeira Garcia
Coordenadora Adjunta: Vera Maria R. Nogueira
Coordenadora Adjunta de Mestrado Profissional: Valeria L. Forti

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2013-2016 QUADRIENAL 2017

IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: Serviço Social

COORDENADOR DE ÁREA: Maria Lúcia Teixeira Garcia

COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA: Vera Maria R. Nogueira

COORDENADOR-ADJUNTO DE MP: Valeria L. Forti

I. AVALIAÇÃO 2017 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A formação em Serviço Social confere aos assistentes sociais a competência legal para atuação na formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas em distintas áreas, tais como: educação, saúde, previdência, assistência social, habitação e meio ambiente, entre outras. Sua atuação ocorre, ainda, na esfera privada, principalmente por meio de repasse de serviços, benefícios e organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Os assistentes sociais também marcam presença em processos de organização social e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008), contribuindo para a constituição de sujeitos políticos na direção da cidadania social. Os assistentes sociais realizam, ainda, ações de cunho socioeducativo na prestação de serviços que incidem na reprodução material e social da força de trabalho e concorrem, assim, para viabilizar o acesso aos direitos e aos meios de exercê-lo. Esta intervenção tem como horizonte ético a perspectiva de defesa, a garantia e a ampliação dos direitos da população. Desta forma, contribui para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos e inscritos na agenda política.

O Serviço Social é uma profissão e uma área de conhecimento. Enquanto uma profissão que intervém favorecendo ao atendimento de necessidades socialmente construídas, e atendidas, de forma particular, em cada momento histórico, somente pode ser apreendida no movimento da sociedade. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social no Brasil em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas e contraditórias que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações. Essas relações contraditórias atravessam a totalidade da vida social e estão presentes nas políticas sociais e no próprio Estado, que condensa e expressa a relação de

forças em disputa. O processo de reprodução das relações sociais na sociedade é complexo e contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório e da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (YAZBEK, 2014).

É nesta trama que, em determinada quadra histórica relacionada às necessidades do desenvolvimento capitalista, o Serviço Social se institucionaliza como uma profissão no mundo ocidental. Sua trajetória é relativamente recente no mundo e no Brasil, se comparada com outras áreas de conhecimento. Criada em fins do século XIX e início do XX (Estados Unidos da América, Alemanha e Reino Unido), a profissão espalhou-se ao longo do século XX. Em 1925 instituiu-se o primeiro curso na América Latina (Chile). No Brasil, Peru e Uruguai, os primeiros cursos foram criados na década de 1930, mesma década de criação do curso em Espanha (1932) e Portugal (1935). Na Argentina o primeiro curso de Graduação surge em 1940. Após a Segunda Guerra, são criados cursos na Itália (década de 1940), Iugoslávia (década de 1950), entre outros.

Os cursos criados estavam sob influência das tradições franco-belga (caso do Brasil) ou também dos Estados Unidos e Reino Unido (caso de alguns países latinos e europeus). Em 1929 os Estados Unidos registravam dez cursos de Graduação em Serviço Social.

A regulamentação inicial como profissão, no Brasil, data de agosto de 1953 e desde aquela época, duas competências profissionais se destacam. A primeira é a de atuar no âmbito das políticas públicas e privadas seja na gestão, na assessoria de programas e serviços sociais, além de consultoria e organização política para controle social. A segunda é a de planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Ou seja, produzir um conhecimento científico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional.

Vinte anos após a regulamentação supracitada, implantam-se os primeiros cursos de pós-graduação no país (1972), em nível de mestrado, sendo um na PUC-SP e outro PUC-Rio, sendo os pioneiros no continente latino-americano. Nessa mesma década foram criados em 1975, no México, o Mestrado em Trabajo Social e, em 1977, a Maestria Latinoamericana em Trabajo Social - Universidad Nacional Autónoma de Honduras-UNAH – com o apoio do Centro Latinoamericano de Trabajo Social - CELATS. Duas décadas depois a Argentina implementa seu primeiro curso de pós-graduação.

Os primeiros cursos de mestrado no Brasil foram os da região Sudeste: PUC-Rio e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda nessa década verifica-se a expansão do mestrado para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977, e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978, e a UFPE, em 1979. Na área de Economia Doméstica, o primeiro curso foi criado em 1992 na Universidade de Viçosa.

Enquanto no Brasil o Serviço Social implementa seus primeiros cursos de Graduação, na década de 1930, nos Estados Unidos, em 1939, a Associação Americana de Escolas de Serviço Social inicia a acreditação dos Programas de mestrado. O primeiro doutorado é

criado em 1946, na Columbia University.¹ Em 1977, os Estados Unidos contavam com 35 Programas de Doutorado em Serviço Social (WITTMAN, 1979).

O primeiro curso de doutorado em nosso país foi instituído na PUC-SP, em 1980 e, entre 1981 e 1989, o Programa titulou 8 doutores em Serviço Social. Este primeiro curso de Doutorado e os subsequentes, colaboraram com a implantação de Mestrado e Doutorado em Portugal na década de 1980-1990. Inicialmente formando mestres e doutores portugueses aqui no Brasil, posteriormente participando do quadro docente dos cursos criados em Portugal. Esse processo colaborou para o incremento do uso de autores brasileiros em território lusitano (dados de relatórios de PPGs da área de Serviço Social).

Nos anos seguintes (décadas de 1990-2000) expandem-se os programas de pós-graduação no Brasil, notadamente nas universidades federais. O impulso à formação pós-graduada se fortaleceu especialmente em função de dois fatos. O primeiro, a aprovação da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) em 1979, em Natal, com uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional em termos teóricos e intenção de ruptura com a tradição estadunidense. O segundo, a integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social ao sistema federal de ensino superior nas décadas de 1960/1970, conferindo maior preocupação com a produção do conhecimento de forma mais sistemática e, conseqüentemente, com a formação pós-graduada.

Essa expansão inicial entre os anos de 1970-80 é parte de um processo em curso no país. Nessas décadas, as principais agências de financiamento de pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior - CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) incluem o Serviço Social como área de conhecimento, momento de configuração do Sistema Nacional de Pós-Graduação e de elaboração do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).² Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, esta inclusão reconhece a luta da categoria em prover *status* acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sócio técnica do trabalho. Cumpre reconhecer o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dos programas de pós-graduação, dos pesquisadores e de todas as coordenações da área na Capes na luta pela legitimação do conhecimento produzido pela área.

Analisar a Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, em seu momento atual, requer inscrevê-lo dentro do processo de expansão da Pós-graduação brasileira e, ainda, na expansão das Instituições de Ensino Superior no país. Se nos anos 1960 havia 38 programas de Pós-graduação no Brasil, e nenhum deles na área de Serviço Social, hoje representamos

¹ Anasas e Kuerbis (2009, sem paginação) afirma que “the first doctoral degree in social work was awarded in the 1920s”.

² Em 1976, a CAPES inclui o Serviço Social como área de conhecimento integrando a a grande área Profissões Sociais) (GARCIA, 2016).

0,8% dos Programas de Pós-graduação existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em 2016 temos 34 Programas de Pós-graduação em funcionamento (tabela 1). A expressão percentual – 0,8% - é uma das dimensões, mas não a essencial para a compreensão do papel da Pós-graduação na área 32 – Serviço Social – para o SNPG. Os indicadores de sua importância se expressam na defesa de uma formação pública, de qualidade, exclusivamente acadêmica e crítica. Aspectos que evidenciaremos a seguir.

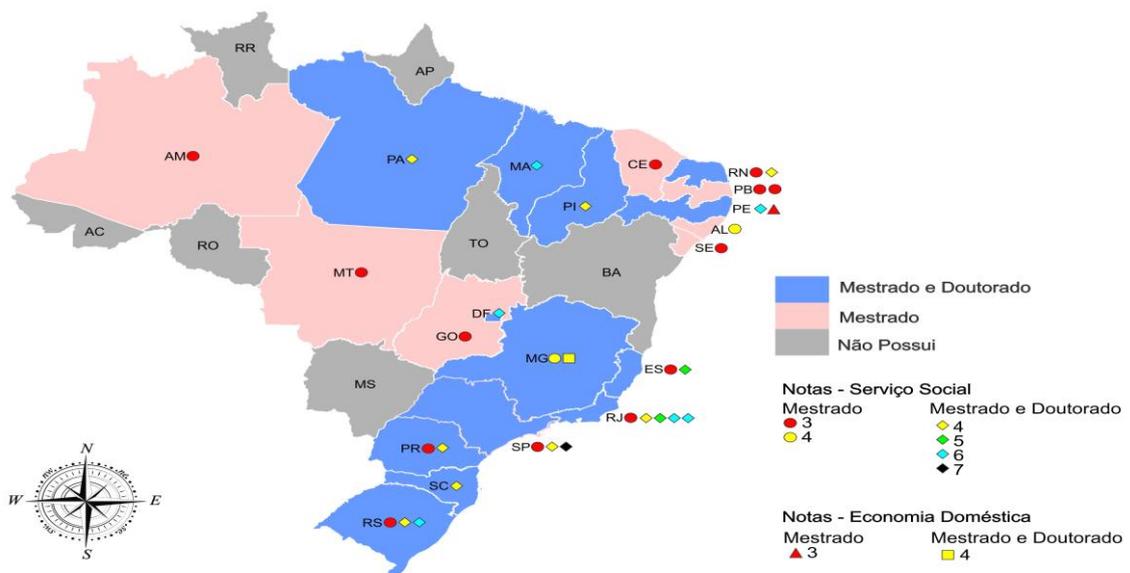
Tabela 1. Programas de Pós-graduação da área 32 na Capes

Nome	Área de Avaliação	Total de Programas de Pós-graduação					Total de Cursos de Pós-graduação			
		Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
ECONOMIA DOMÉSTICA	SERVIÇO SOCIAL	2	1	0	0	1	2	2	1	0
SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	32	14	0	0	18	50	32	17	0
Totais		34	16	0	0	18	52	34	18	0

Fonte: Capes, 2017

Esses 34 Programas estão assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste.

Figura 1. Distribuição geográfica dos PPGs da área 32 em 2106.



Fonte: Capes, 2017

Quando comparamos os dados da área com os dados gerais do Sistema Nacional de Pós-graduação, evidenciamos que a área 32 possui, percentualmente, maior número de Programas na região nordeste (SNPG – 19,8% e área 32 – 33,3%). Entretanto, como evidenciado na Figura 1, a área não conta atualmente com nenhum PPG no estado da Bahia.

Prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das Universidades Públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%) em uma tendência inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, 18 são Universidades Federais e 08 Universidades Estaduais (24,2%). Destaca-se a expansão nas Universidades estaduais (passou de 3 Programas em 2010 para 8 em 2016 – crescimento de 266%) e redução de Programas em Universidades privadas (registra-se ainda a mudança de área do Programa de Política Social da UCSAL). Das 6 instituições privadas, 5 são comunitárias (4 PUCs e 1 Universidade Católica - UCPEL) e uma é sem fins lucrativos (EMESCAM).

Em 2016, a área 32 contava com 18 cursos de doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPEL, UFRN e UFPA) e 34 cursos de mestrado, todos acadêmicos.

A situação dos Programas de Pós-graduação em relação à área básica, em 2016, é a seguinte: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Políticas Sociais (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). A exceção dos 2 Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-graduação guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas. Em sua composição, os 32 Programas possuem docentes graduados ou com Doutorado em Serviço Social (49,4%).

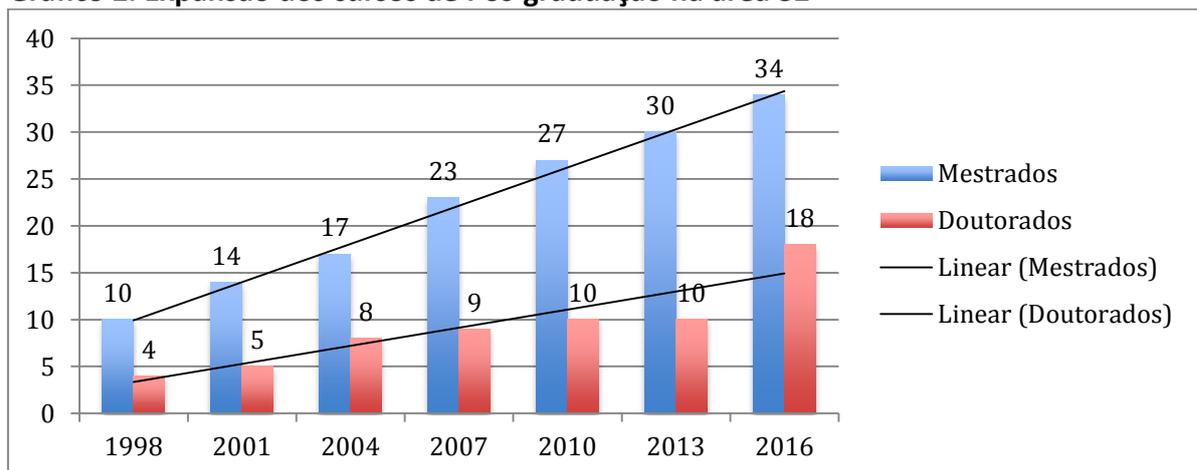
Gráfico 1. Distribuição dos Programas por área básica.



Fonte: Sucupira, 2017

A expansão dos Programas de Pós-graduação ocorreu a partir do ano 2000. Essa expansão continuou, pois em 2014 eram 33 Programas, sendo 16 com Doutorado. E, em 2015, foi aprovado o Mestrado em Serviço Social e Política Social na UFRGS (primeiro mestrado em instituição pública no Rio Grande do Sul), o mestrado em Serviço Social da UNIFESP (primeiro Mestrado em instituição pública federal no estado de São Paulo) e os Doutorados da UFRN e UFPA (primeiro doutorado da área na região norte) (Gráfico 2). E, em 2016, foi aprovado o Doutorado na UFAL.

Gráfico 2. Expansão dos cursos de Pós-graduação na área 32

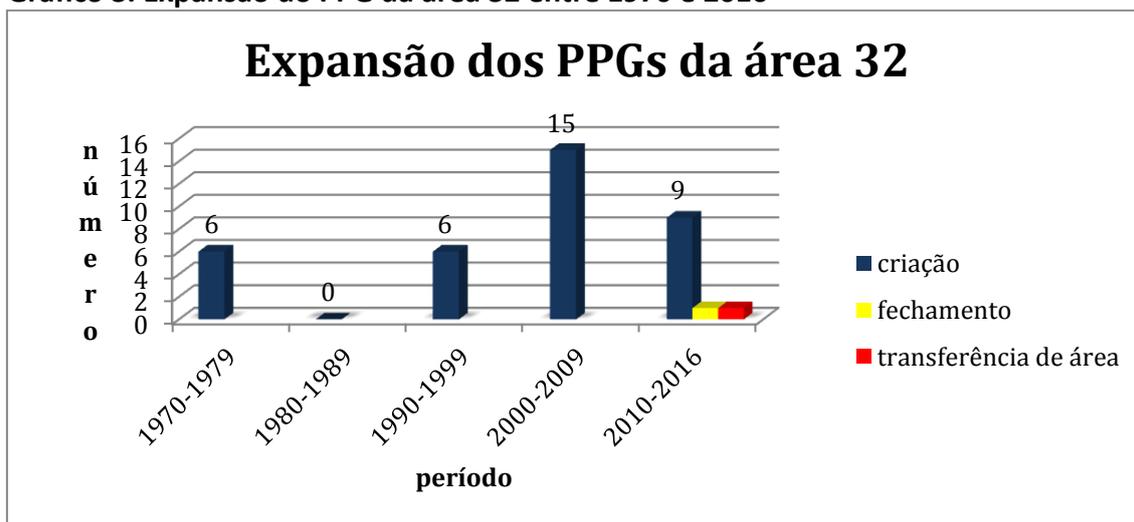


Fonte: Capes, 2017

Destaca-se a expansão recente dos cursos de Doutorado (crescimento de 80%). Essa expansão indica o processo de consolidação dos Programas criados entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

A criação dos 28 novos programas, a partir da década de 1990, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social no Brasil nas últimas décadas, rompendo com as marcas conservadoras e confessionais de sua origem (gráfico 3). A Pós-Graduação exerceu um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. O Serviço Social volta-se para a análise da *questão social* e suas manifestações mais contundentes expressas na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, no marco das relações entre Estado e sociedade civil em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

Gráfico 3. Expansão do PPG da área 32 entre 1970 e 2016



Fonte: Capes, 2017

Em 2013 foram criados 3 Mestrados (2 deles no Nordeste e 1 no Sul). Em 2014 foram criados 2 Doutorados (sudeste e sul) e 1 Mestrado (nordeste). Em 2015, foram aprovados 2 Mestrados, os quais iniciaram suas atividades em 2016. Entre 2015-2016 foram aprovados 3 Doutorados (destes, 2 iniciaram suas atividades somente em 2017). Ou seja, entre 2013-2016 tivemos a criação de 6 novos PPGs (66,7% registrado entre 2010-2016). Houve o registro de 1 programa que mudou de área (UCSAL) e outro que encerrou suas atividades nessa quadrienal (UNICSUL).

O crescimento percentual dos Programas da área de Serviço Social entre 1996 e 2016 foi próximo a 280% (passando de 12 para 34 PPGs). Seguindo uma tendência interdisciplinar, os docentes são titulados tanto na área de Serviço Social quanto em áreas afins (49,4% dos docentes são doutores em Serviço Social, seguida de Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia). A expansão da Pós-graduação do Serviço Social no país assume uma particularidade em relação a outros países: no caso específico dos cursos de Doutorado, o percentual de crescimento entre 1980 e 2017 foi superior a 1.000%, enquanto nos Estados Unidos o percentual foi de 117%. Em termos mundiais, registra-se ainda o espraiamento mais recente de PPGs em países como Turquia (1983) ou a inexistência desse nível de formação (como na Itália). Outro aspecto a se destacar aqui é que o Doutorado em Serviço Social no Brasil tem caráter disciplinar – 70% dos doutorandos são graduados em Serviço Social – contrastando com o perfil dos doutorandos em Serviço Social nos Estados Unidos – apenas 20% são assistentes sociais. Assim, comparar as formações brasileira e estadunidense se torna uma tarefa infrutífera, quer pelo conteúdo formativo de cada país, quer pelo perfil dos docentes e discentes, quer, por fim, a inserção no mercado de trabalho, aspectos que abordamos ao longo do relatório.

Os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento, dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. O conhecimento que vem sendo produzido enfoca temas como a questão social e as Políticas Sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição que a produção do Serviço Social vem trazendo para as Ciências Sociais em geral, ao eleger como objeto de estudo temas de grande relevância na atualidade como: trabalho, reestruturação produtiva, Proteção Social, Seguridade Social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente como temas de estudo aspectos sociais relacionados ao envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, além da priorização do estudo sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais.

Esses são temas de interesse tanto nacional quanto internacional. Entretanto, o enfoque crítico adotado por autores brasileiros se diferencia do trato dado pela literatura internacional da área – marcado por uma análise baseada em teoria social de viés conservador. Ou seja, as publicações em nível internacional são parte de uma estratégia de disputa em torno de uma concepção de profissão radicalmente vinculada à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Também a crescente demanda de estudantes estrangeiros para a Pós-Graduação na área é parte do processo de nucleação e solidariedade. Nesse quadriênio foram 2,5% de estudantes estrangeiros matriculados em um dos cursos de Doutorado da área. Em geral, oriundos de países do continente americano (Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Haiti, Peru, Uruguai e Venezuela), dos africanos (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) e europeus (Alemanha, França, Itália e Portugal).

1.1. A área 32 na Quadrienal 2017

A clientela de avaliação foi composta por 34 Programas de PPG da área de Serviço Social nessa quadrienal (2 em acompanhamentos e 32 em avaliação). Esses PPGs apresentavam as seguintes notas (antes da quadrienal 2017): 1 Programa com nota 7 (sete), 6 Programas com nota 6 (seis), 2 com nota 5 (cinco), 11 com nota 4 (quatro) e 14 Programas com nota 3 (três). Dos 14 Programas com nota 3, apenas 1 foi criado no final da década de 1970. Os demais são recentes (criados a partir de 2007) (quadro 1).

Quadro 1. Nota dos PPGs x ano de criação dos PPGs área 32

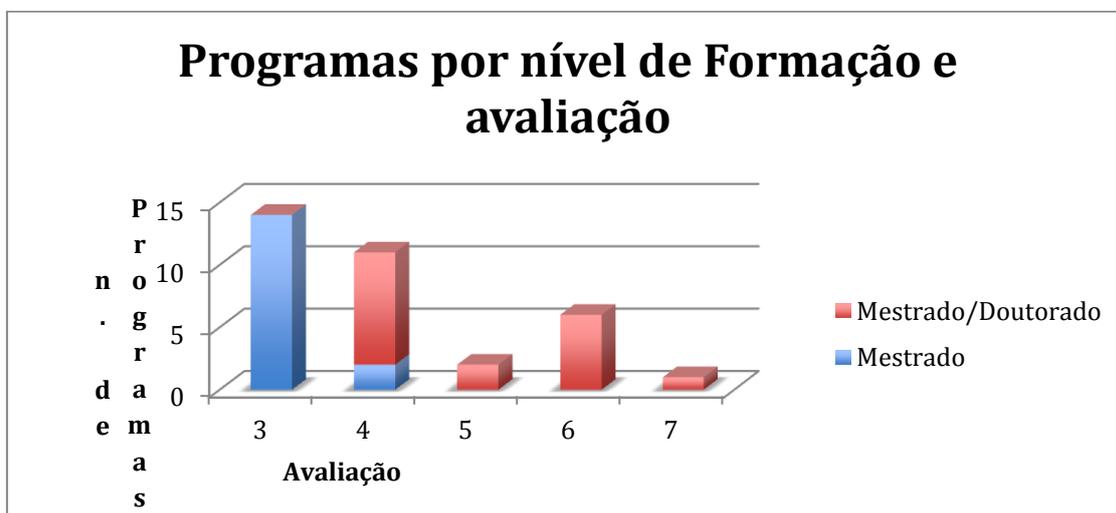
Nota	IES	Ano de criação	Área de Formação
7	PUC-SP	1972	Serviço Social

6	UFRJ	1976	Serviço Social
	PUC-RS	1977	Serviço Social
	UFPE	1979	Serviço Social
	UnB	1990	Política Social
	UFMA	1993	Políticas Públicas
	UERJ	1998	Serviço Social
5	PUC-Rio	1972	Serviço Social
	UFES	2004	Política Social
4	Unesp/FR	1991	Serviço Social
	UFV	1992	Economia Doméstica
	UFPA	1996	Serviço Social
	UFRN	2000	Serviço Social
	UEL	2001	Serviço Social e Política Social
	UFSC	2001	Serviço Social
	FUFPI	2002	Políticas Públicas
	UFF-PS	2002	Política Social
	UFAL	2004	Serviço Social
	UFJF	2005	Serviço Social
	UCPEL	2006	Política Social
3	UFPB	1978	Serviço Social
	PUC-Goiás	2007	Serviço Social
	UFAM	2007	Serviço Social
	UFMT	2009	Política Social
	EMESCAM	2009	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
	UFF-SS	2011	Serviço Social
	FUFSE	2011	Serviço Social
	UECE	2012	Serviço Social
	UNIOESTE	2013	Serviço Social
	UFRPE	2013	Economia Doméstica
	UEPB	2013	Serviço Social
	UERN	2014	Serviço Social
	UFRGS	2016	Política Social e Serviço Social
UNIFESP	2016	Serviço Social e Política Social	

Fonte: Capes, 2017

Desses 34 PPGs, 73,5% estão entre as notas 3 e 4 (gráfico 4). Entre os PPGs com a nota 3, apenas 1 encontrava-se na condição de ter recebido por 3 vezes a nota 3 (3x3).

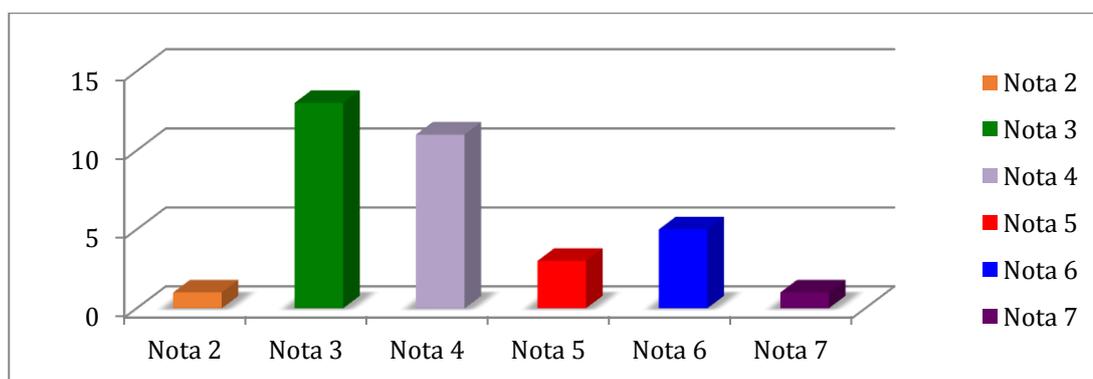
Gráfico 4. Distribuição dos programas por nível de formação e avaliação na Trienal 2013



Fonte: Capes, 2017

Após a conclusão da avaliação quadrienal 2017, as notas dos Programas ficaram assim distribuídas:

Gráfico 5 – Notas atribuídas na Quadrienal 2017



Fonte: Capes, 2017

Na avaliação de 2017 houve redução no percentual de Programas com notas 3 e 4 (passando de 73,5% para 70,6%). A seguir apresentamos uma síntese com os principais dados.

1.2. Síntese dos dados dos PPGs da área 32

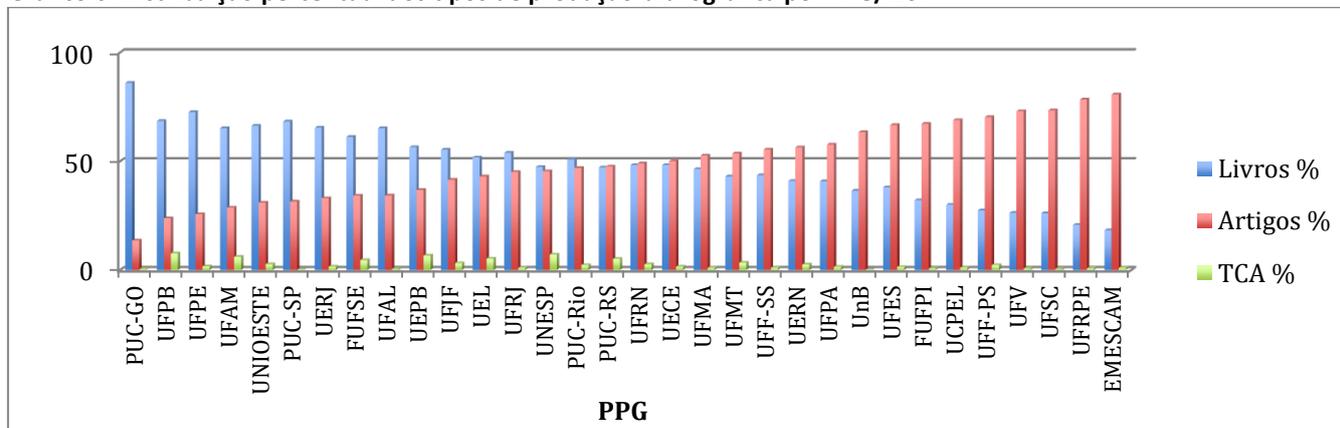
A área de Serviço Social apresentou importantes indicadores de sua consolidação e expansão: crescimento da oferta de cursos de Doutorados – hoje 53% dos Programas de

Pós-graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país. Destaca-se também uma composição favorável do corpo docente dos programas ao reunir docentes experientes e jovens doutores. A titulação de doutores ocorreu principalmente entre os anos 2000-2009 (65%) e 1990-1999 (19%), período de expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação, distanciando-se do percentual de outros anos, a saber: 1% entre 1974-1979, 4% entre 1980-1989 e 11% entre 2011-2014. O crescimento dos PPGs da área de Serviço Social favoreceu a incorporação dos novos doutores recém titulados. Destaca-se, ainda, o aumento de docentes colaboradores (em 2004, os docentes permanentes correspondiam a 94% dos docentes e em 2016 correspondem a 78,3%). Com o predomínio de PPGs nas instituições federais de ensino, esse decréscimo pode expressar os processos de aposentadoria registrados nessas IES. Entretanto, nem todos os docentes que se aposentam são descredenciados dos Programas. Em 2016, 1,2% dos docentes permanentes eram aposentados.

A demanda por bolsas de Pós-Doutorado no exterior apresentou um crescimento de 2050% (entre 2004 e 2013), um pouco superior ao percentual registrado pelo SNPG (1959%).

A produção bibliográfica acompanha a curva de crescimento dos Programas e indica que os principais veículos de divulgação do conhecimento científico da área são livros e capítulos de livros. A produção de coletâneas e capítulos envolveu autores de 2 ou mais Programas de Pós (42%). Esse intercâmbio possibilita uma reflexão que vem contribuindo para a consolidação da Pós-graduação na área. A relação entre capítulo e obra integral foi de 4,6:1, indicando redução em relação a avaliação trienal 2013 (relação de 6,3:1). Proporcionalmente, o impacto sobre a produção bibliográfica foi dividido entre os Programas: para 15 programas, o impacto sobre sua produção per capita docente permanente foi igual ou superior a 50%; para 3 o impacto foi similar entre livros e artigos; e, para 14 programas a produção em livros representou 50% ou mais da pontuação per capital. Registra-se que para 9 programas o percentual foi superior a 60%.

Gráfico 6. Distribuição percentual dos tipos de produção bibliográfica por PPG/IES.

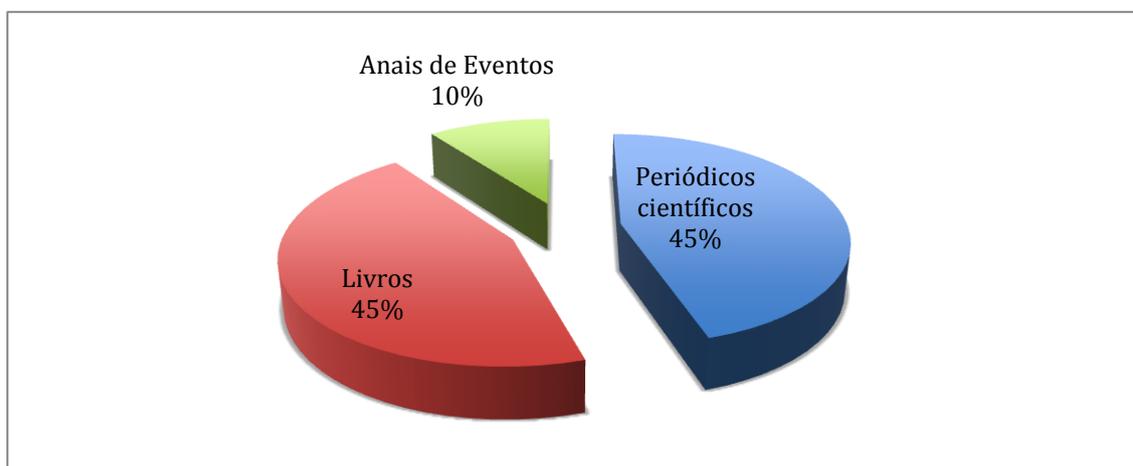


Fonte: Capes, 2017

Assim, há Programas onde a produção se concentrou em livros/capítulos, e Programas onde a produção se concentrou em artigos. Mas para 13 PPGs a produção bibliográfica se distribuiu entre livros e artigos de forma equilibrada.

Face ao avanço no processo de avaliação de livros (excluídos os registros com erro), a realização da avaliação de eventos (introduzida nessa quadrienal), e a glosa de artigos registrados repetidos pela IES, a análise da produção intelectual nesse quadriênio sofreu alteração (como apresentada no gráfico 7).

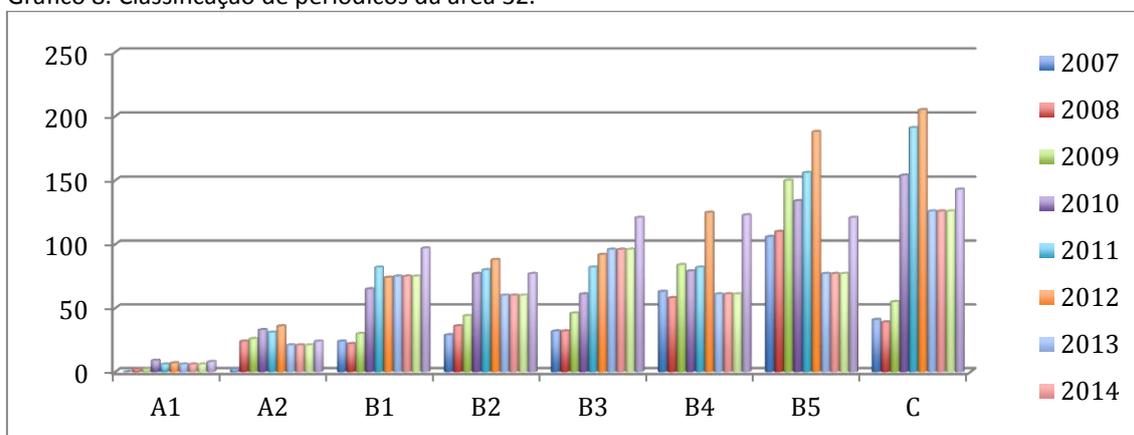
Gráfico 7. Veículos da produção qualificada 2013-2016



Fonte: Capes, 2017

Em comparação aos triênios anteriores, destaca-se o crescimento da produção em livros (e capítulos) e de artigos em periódicos. A produção em artigos cresceu em quantidade de artigos e na qualidade dos periódicos, principalmente em B1 (Gráfico 8). Tal crescimento decorre da adequação dos critérios do Qualis da área.

Gráfico 8. Classificação de periódicos da área 32.

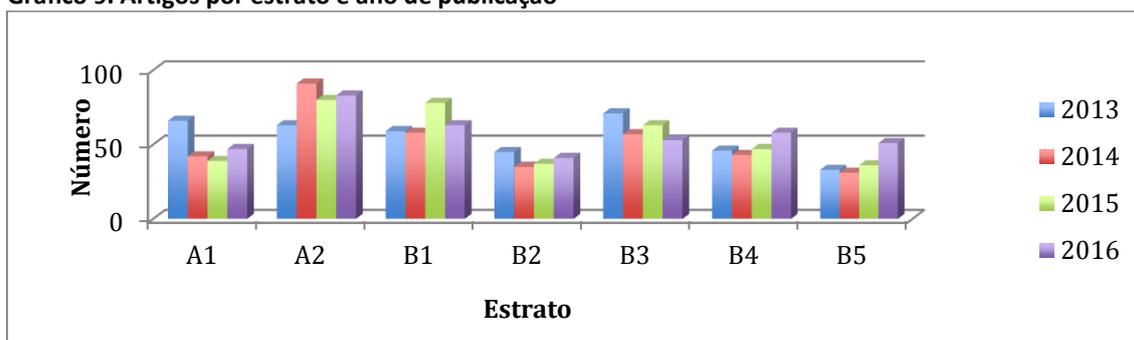


Fonte: Capes, 2017

Quanto à produção em artigos, em uma análise comparativa, observa-se que os dados de 2013-2016 indicam um crescimento em periódicos avaliados em estratos superiores (A1+A2+B1).

Após a classificação do Qualis 2016, o número de artigos publicados entre A1 e B5 variou entre 383 (em 2013) e 396 (em 2016). Entre 2013 e 2016, os docentes publicaram 1.516 artigos, assim distribuídos: A1 = 194 (13%); A2 = 317 (21%); B1 = 258 (17%); B2 = 158 (10%); B3 = 244 (16%); B4 = 194 (13%); B5 = 151 (10%). A mediana de artigos publicados por programa foi de 39 (mínimo 11; máximo 129) ao longo do quadriênio, o que correspondeu a uma média de 136,85 pontos por docente permanente (mínimo 13,5; máximo 453,8).

Gráfico 9. Artigos por estrato e ano de publicação



Fonte: Capes, 2017

A área se consolida também pela qualificação crescente do corpo docente com expansão do número de pós-doutores (17,2%) (Brasil e exterior). Em 2016 os programas contavam com 426 docentes permanentes (78,1%), 100 colaboradores e 14 visitantes (desses, 8 eram estrangeiros – 2 da Costa Rica, 2 da Espanha e 1 de Cuba).

A mediana de docentes permanentes foi de 11 (mínimo de 8 e máximo de 27) e de 3 colaboradores (mínimo 0 e máximo 13). O número médio de docentes permanentes nessa quadrienal foi de 12,5 (mantendo-se estável quando comparado às trienais 2013 e 2010 – 12,3 e 12,5, respectivamente).

O número de bolsistas produtividade do CNPq, em 2016, entre os docentes permanentes com bolsa produtividade foi de 80 (18,8% do total) variando entre um mínimo de 1 (oito Programas – 23,5%) e máximo de 7 (2 Programas – 5,9%). Entre os 80 bolsistas, 11,2% são 1A, 13,8% são 1B, 11,2% são 1C, 6,3% são 1D e 57,5% são nível 2. Esse percentual de bolsistas é um importante indicador do corpo docente, se considerarmos que a média de bolsas por PPG é de 2,4, enquanto que na Grande Área Sociais Aplicadas a média é de 1,7. Dos 34 PPGs da área, 8 Programas não contaram com bolsistas Pq (23,5%).

Quanto a área de titulação, 49,4% dos docentes têm Doutorado em Serviço Social, seguidos por titulações em todas as Grandes áreas de conhecimento. Quando consideramos os cursos em Serviço Social, a área exige que 60% sejam graduados ou doutores em Serviço

Social. Para cursos de Políticas Sociais e Políticas Públicas, esse percentual é de 30%. Para os 2 cursos de Economia Doméstica essa regra não se aplica.

Quanto ao ano de nascimento dos docentes, esses nasceram nas décadas de 1960 (43,3%), seguidas das décadas de 1950 (25,3%) e de 1970 (16,6%). Há ainda a entrada de jovens doutores (1,8% nasceram nos anos 1980) e a presença de doutores muito experientes (nascidos entre as décadas de 1930 e 1940 – 13,4%). Ou seja, há em curso um processo de renovação gradual dos quadros que compõem a Pós-Graduação. Tal processo impacta sobre a variação no quadro docente permanente, com entrada de novos quadros.

A titulação destes docentes ocorreu entre 2000-2009 (65%), período de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Assim, mais da metade dos docentes são egressos de programas de Pós-Graduação que implantaram seus doutorados entre os anos 1990-2000.

Os docentes são, em sua maioria, servidores públicos (76%). Registra-se que 1% dos docentes permanente são professores aposentados e 23% celetistas.

Do total de Docentes permanentes, 6 (1,4%) em 2013, 2014 e 2015 participaram de 3 Programas de Pós-Graduação, passando a 8 docentes vinculados como permanentes em 3 Programas, em 2016.

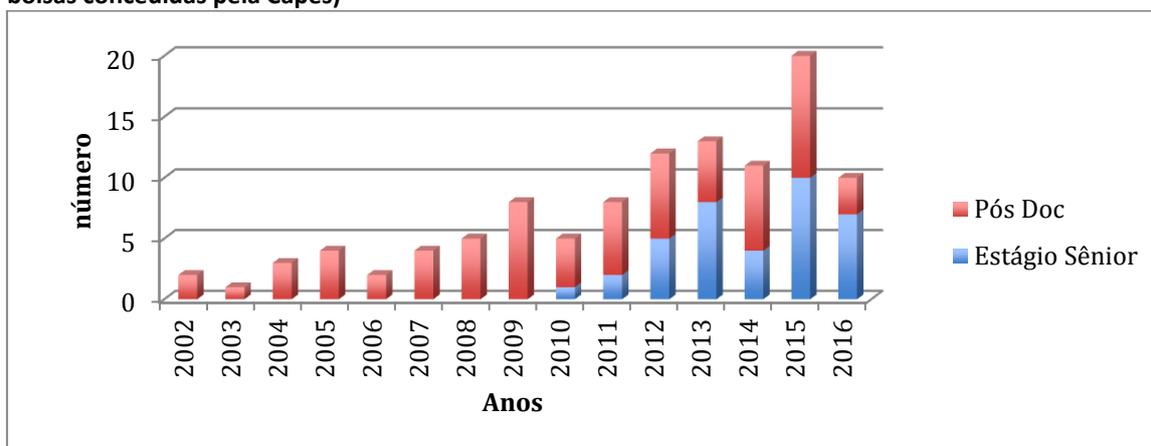
Em 2013, 419 estudantes de Iniciação Científica foram cadastrados pelos PPGs sob responsabilidade dos docentes permanentes. Neste mesmo ano, dos 30 PPGs, 6 Programas (20%) não contaram com essa atividade. Em 2014 o número de IC cresceu para 470, sendo que dos 32 PPGs, 6 continuaram não registrando essa atividade (18,8%). Em 2015, foram 466 registros de IC e 6 Programas continuaram não registrando essa atividade (18,8%). E, em 2016, o número caiu para 346 e 8 Programas não registraram essa atividade (23,5%). Essa queda pode estar relacionada à redução de bolsas de Iniciação Científica tanto do CNPq quanto das Fundações Estaduais de Pesquisa.

É importante ressaltar que a área vem mantendo intercâmbios de cooperação científica com vários países da América Latina, África, Europa e Ásia, notadamente Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia; Moçambique, Angola e Cabo Verde; França, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra, Turquia, e, por fim, China.

Mapa 3 - Fluxo das cooperações e intercâmbios internacionais

Entretanto, entre 2015 e 2016 a queda na concessão de bolsas nessas duas modalidades foi de 50% para a área. Tal queda compromete as ações em curso de ampliação das relações entre os docentes dos PPGs e os Programas no exterior.

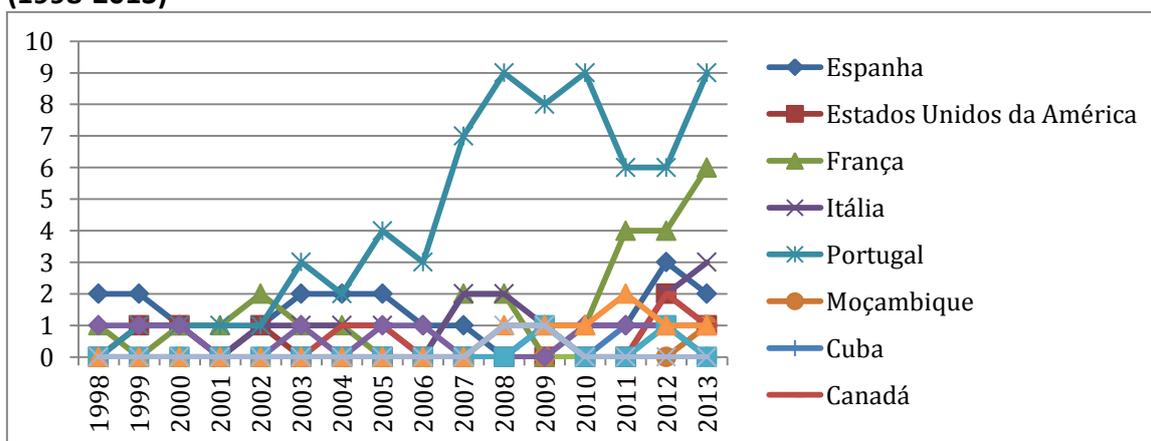
Gráfico 10. Evolução do número de bolsas de Pós-Doutorado e Estágio Sênior para área 32 (considerando as bolsas concedidas pela Capes)



Fonte: Capes, 2017

A demanda por bolsa de doutorado sanduiche igualmente apresenta um crescimento recente (a partir de 2005), e os países de destinos são, principalmente, países da Península Ibérica (Portugal e Espanha) e França.

Gráfico 11. Países de destino dos Bolsistas de Doutorado sanduiche no exterior da área 32 (1998-2013)

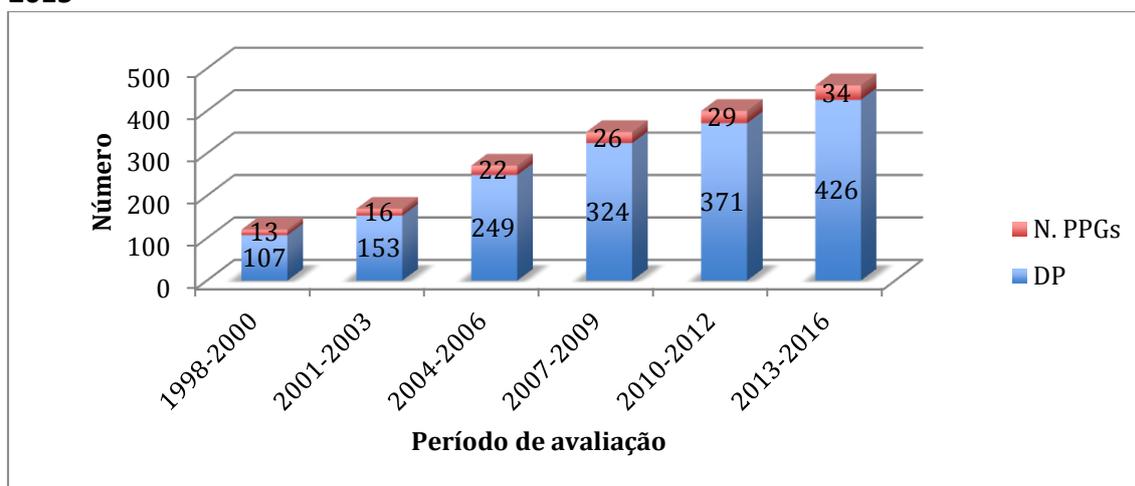


Fonte: Capes, 2017

A expansão dos Programas de Pós-Graduação da área 32 foi acompanhado do aumento do corpo docente e da oferta de vagas. O crescimento do corpo docente foi,

respectivamente: 43% (2004), 62,7% (2007), 30,1% (2010), 14,5% (2013) e 14,8% (2016) (gráfico 8).

Gráfico 12. Crescimento do quadro docente permanente nos PPG da área 32 entre 1998 e 2015

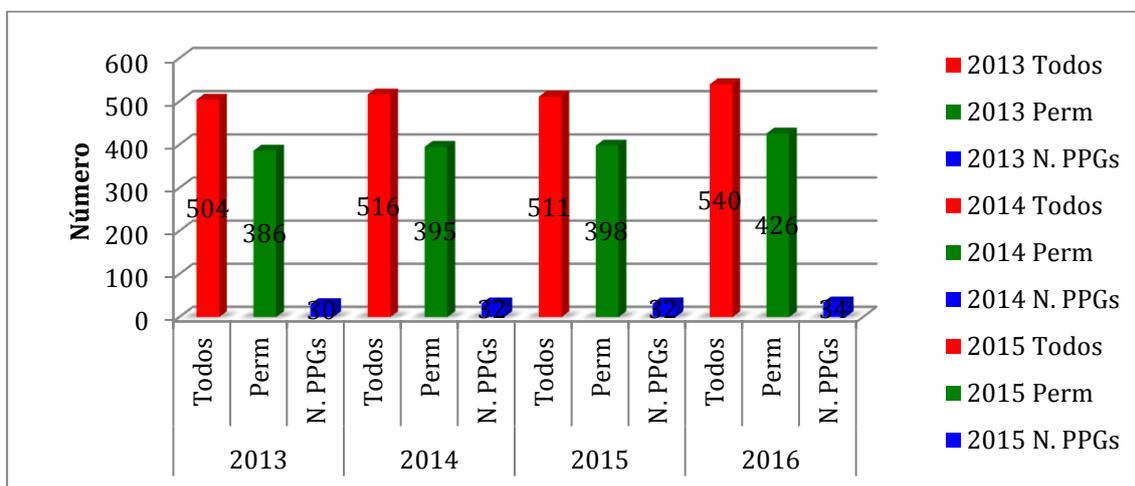


Fonte: Capes, 2017

Os números acima expressam o crescimento do corpo docente permanente, que passou de 8,2 DP por Programa, para 12,5 em 2016. Ou seja, os jovens doutores estão progressivamente compondo os quadros dos novos Programas de Pós-Graduação, criados após os anos 2000.

Em uma análise dos últimos quatro anos, vemos que o tamanho do corpo docente permanente era de 12,9, passado a 12,5 no final do quadriênio.

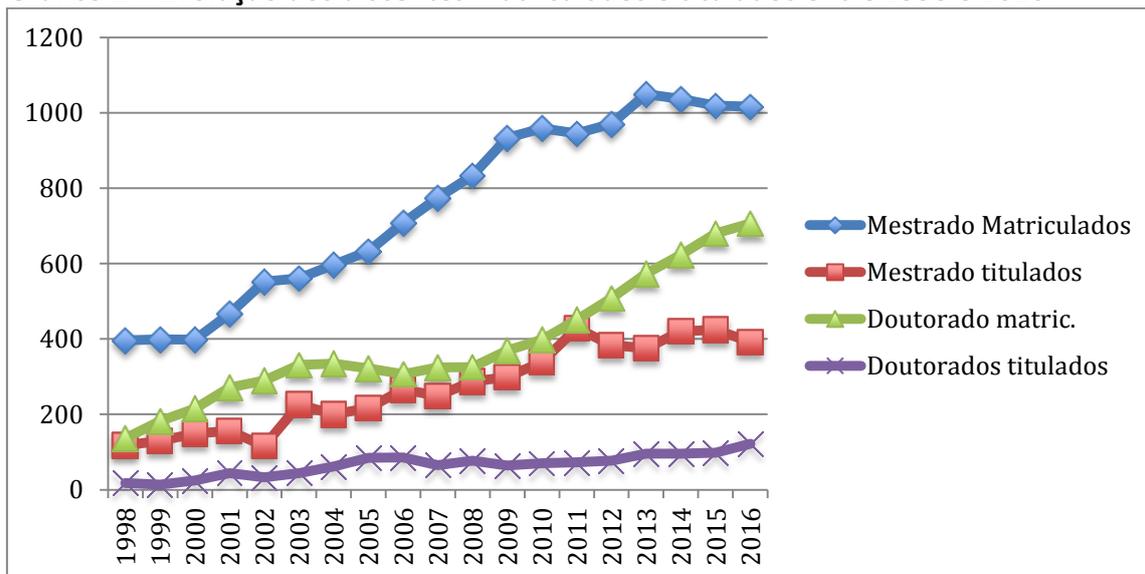
Gráfico 13. Corpo docente dos PPGs da área 32



Fonte: Capes, 2017

À expansão dos PPGs registramos o crescimento da oferta de vagas. Sobre a demanda de alunos para os Programas de Pós-Graduação, em 2013 foram 1613 discentes matriculados, passando a 1722 ao final de 2016 (1016 no Mestrado e 706 no Doutorado). Destaca-se o crescimento dos discentes em cursos de Doutorado, entretanto, a titulação entre 2013 e 2015 manteve-se constante (96, 96 e 98) (Gráfico 6). O crescimento ocorre em 2016 (122) e também aparecerá no próximo quadriênio face à expansão recente deste nível.

Gráfico 14. Evolução dos discentes matriculados e titulados entre 1998 e 2016.



Fonte: Capes, 2017

O crescimento de discentes não é acompanhada por crescimento no número de bolsistas. Em 2016, 20,6% dos discentes do Mestrado e 9,9% do doutorado foram bolsistas, percentual ainda inferior ao demandado pelos discentes da área.

A relação discente/docente nos PPGs entre 2013-2016 da área variou entre 1 e 11,3 (com mediana de 3). À exceção de 3 Programas (cuja relação é superior aos critérios da área), os demais Programas têm estabelecido uma relação que favorece o processo de orientação.

O tamanho do corpo discente no início do quadriênio (2013) foi de 1.424 mestrados (1006 matriculados, 361 titulados, 35 desligados e 21 abandonos) e 841 doutorandos (706 matriculados, 122 titulados, 1 abandono e 12 desligados). Em 2016 foram 2287 mestrados (1016 matriculados no final do ano, 392 titulados, 35 desligados e 3 abandonos) e 829 doutorandos (706 matriculados no final do ano, 122 titulados e 1 abandono).

Os programas da área de Serviço Social foram responsáveis pela titulação de 392 mestres (média de 10,5 titulados por programa, sendo o mínimo 4 e o máximo 29); 122 doutores (média de 7 titulados por programa, sendo o mínimo 2 e o máximo 25).

A área contou com 1002 bolsistas entre os titulados no quadriênio, sendo 821 no Mestrado e 181 no Doutorado.

Tabela 2. Bolsistas titulados 2013-2016

	Doutorado	Mestrado
2013	28	156
2014	39	200
2015	44	256
2016	70	209
Total	181	821

Fonte: Capes, 2017

O tempo mediano de titulação para o mestrado foi de 28 meses no quadriênio (mínimo 2 e máximo 71) e 52 meses para o doutorado (mínimo 29 meses e máximo 81 meses).

A relação discente/docente permanente no quadriênio variou entre mínima de 1,4 (PPG só com Mestrado) e 13,8 (PPG com Mestrado e Doutorado). A mediana da relação discente/docente permanente entre os PPGs com Mestrado foi de 3,5 e dos Programas com mestrado e Doutorado foi de 6,3.

Os discentes publicaram no quadriênio 499 artigos (10%), 667 livros (13,5%) e 3787 trabalhos completos em Anais (76,5%).

Em termos de estratos, os artigos publicados foram assim distribuídos: 8,2% em A1; 18% em A2; 12,4% em B1; 11,8% em B2; 19,6% em B3; 14,6% em B4 e 15,2% em B5.

Os discentes registraram 4910 trabalhos técnicos, sendo 61,5% apresentações de trabalhos em eventos científicos, seguido por 9,9 organizações de evento científico e 6,2% em serviços técnicos.

Foram cadastrados 4203 egressos em 5 anos. Esses publicaram 192 artigos, 63 livros, 206 capítulos, 2 verbetes e 405 trabalhos completos em anais de eventos científicos. Em 6 Programas (18,8%) não apresentaram produções de egressos. O percentual de egresso autor variou entre 0 (6 programas) e 45,7% (1 Programa), e mediana de 16,6%. Treze (13) Programas registraram 20% ou mais de egresso autor. Não houve relação entre nota do Programa e o percentual de produção de egresso. Tal aspecto deve-se às dificuldades dos PPGs de acompanhamento de seus egressos. A área utilizou os dados dos egressos dos últimos 5 anos. Por ser um aspecto novo nessa quadrienal, os dados aqui apresentados sobre egresso autor serão parâmetro para análises futuras.

Quando analisamos a produção apenas de egressos do Doutorado, esses foram responsáveis por 148 artigos (77,1%), 54 livros (85,7%), 152 capítulos (73,8%), 2 verbetes (100%) e 249 trabalhos completos em Anais (61,5%).

A produção em coautoria egresso/discente/docente registrada foi de 12 artigos, 23 livros e 61 TCAs.

Dados da Capes indicam que em 2014, 559 egressos de Mestrados da área Serviço Social, estavam matriculados como discentes de Doutorado, sendo que 76,4% em PPGs da própria área. Ou seja, o dado reafirma a dimensão disciplinar da formação da área. Além dessa dimensão, destaca-se o percentual de mestres e doutores empregados em 2013 e 2014 (84,1 e 78,8%, respectivamente), prioritariamente no Ensino Superior (88,8% dos mestres e 97,2% dos doutores). A mediana de idade de mestres e doutores da área (há 2, 5 e 10 anos, respectivamente) permanece igual (32, 32 e 33 anos no Mestrado e 41, 44 e 41,5 anos no Doutorado).

1.3 interdisciplinaridade

Partindo da compreensão que interdisciplinaridade se “[...] caracteriza pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto” [JAPIASSÚ, 1976], podemos entender que essa se expressa de diferentes formas. No interior dos Programas de Pós-Graduação, estes contam em sua conformação com a colaboração de outras disciplinas³ (entre elas, Ciências Sociais, Economia, Psicologia, Direito, entre outras) numa interação que possibilita uma análise ampliada da dinâmica do capitalismo e das diferentes demandas postas à profissão. Por meio desta interação disciplinar, os Programas de Pós-Graduação da área ofertam uma formação aos egressos em uma perspectiva de análise ampla da realidade social.

No interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a área de Serviço Social se coloca em interlocução com todas as áreas no sentido de contribuir na construção de uma Pós-Graduação tanto adequada às necessidades da população brasileira quanto a uma formação qualificada nesse nível.

³ Entre os docentes dos PPGs da área, 49,4% são doutores em Serviço Social. Os demais têm doutorado em áreas pertencentes aos 3 Colégios existentes na Capes.

1.4 Inserção/incidência no ensino fundamental e médio

A contribuição do Serviço Social no ensino fundamental e médio ocorre de forma direta e indireta. De forma direta, como espaço de formação em nível de Pós-Graduação a professores da rede pública e privada de ensino, qualificando-os para o exercício da docência (principalmente docentes vinculados às disciplinas de história e geografia – ensino fundamental; ou disciplinas da área de ciências humanas). Contribuímos ainda na formação de docentes e técnicos administrativos inseridos nos Institutos Federais de Ensinos (IFEs), em especial, dos assistentes sociais. Hoje os IFES possuem em seus quadros 294 assistentes sociais, observando-se uma expansão nos últimos anos. Esses profissionais vêm buscando a qualificação em nossos Programas de Mestrado e Doutorado, refletindo sobre aspectos da relação entre a Política de Educação e os programas de Assistência Estudantil. Esse processo reverbera sobre as ações e proposições desses técnicos em suas intervenções.

De forma direta, o reconhecimento da importância do assistente social nos estabelecimentos de ensino médio é expresso por meio da ampliação da demanda de profissionais buscando os cursos de Pós-Graduação para avaliar as experiências e construir saberes sobre esta área de intervenção. Identifica-se, assim, uma contribuição que favorece a inclusão dos alunos do curso fundamental na medida em que profissionais passam a contar com subsídios analíticos produzidos nos Programas da área, qualificando sua ação cotidiana.

De forma indireta, a recorrente temática da Política de Educação ou das interfaces entre Educação e outras políticas públicas e os desafios aí colocados, é objeto de teses e dissertações na área. Ou seja, um conhecimento sobre as “requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil” (Grupo de Trabalho em Educação/Conselho Federal de Serviço Social, sd).

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

A ficha de avaliação foi discutida com os coordenadores dos PPGs da área durante o Seminário de meio termo (em 2015) e utilizada nessa quadrienal. Identificamos, ao longo do debate com a área, a necessidade de revisão de alguns subitens e pesos de quesitos. Por exemplo, é necessário a realização do Qualis Produção Técnica.

Outro aspecto evidenciado foi que a expressão das notas em números inteiros impossibilita a diferenciação evidenciada na análise dos Programas. Na Quadrienal 2017 a comissão optou por destacar expressões como tendência de alta ou de baixa para expressar que havia diferença entre os Programas com mesma nota.

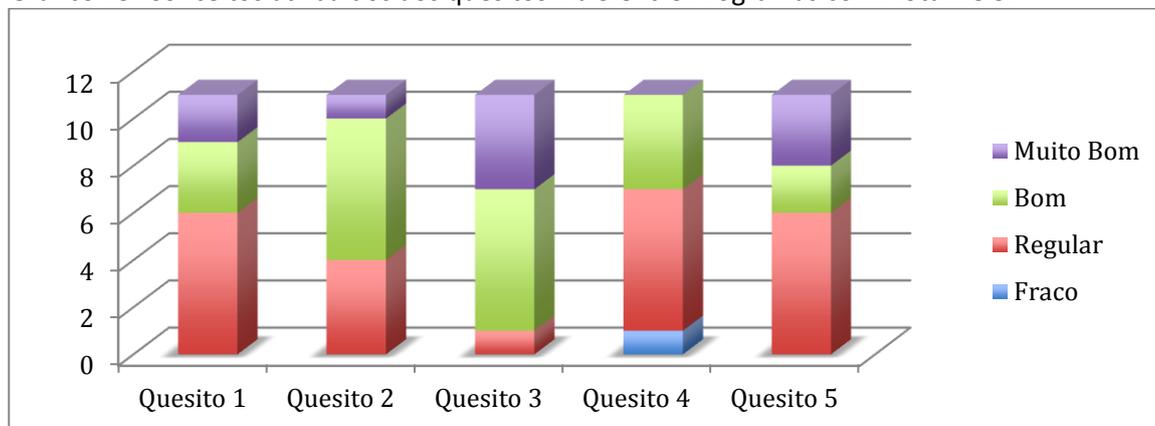
Em termos gerais, destacamos:

- na análise do corpo docente, os Programas acadêmicos contam hoje com 100% de docentes doutores;
- na análise do corpo discente, o Tempo Médio de Titulação se apresenta sem grandes variações entre os Programas (ou seja, esse indicador já foi incorporado à dinâmica dos PPGs);
- na análise da Produção técnica é necessário elaborar o Qualis produto técnico, visto que a quantificação apenas não qualifica essa produção;
- revisão do subitem visibilidade do Programa, incluindo outros aspectos.

Em termos de atribuição das notas, observamos que os Quesitos 1 e 4 foram os que definiram as notas dos Programas.

Um Programa recebeu a nota 2. Este recebeu Regular nos Quesitos 1, 2, 3 e 5 e Fraco no Quesito 4. Dos 10 PPGs que receberam nota 3, 6 deles receberam o conceito Regular no Quesito 1 e os outros 4 receberam Regular no Quesito 4 (apresentando produção bibliográfica abaixo dos indicadores medianos da área em termos de qualidade dos veículos e distribuição da produção).

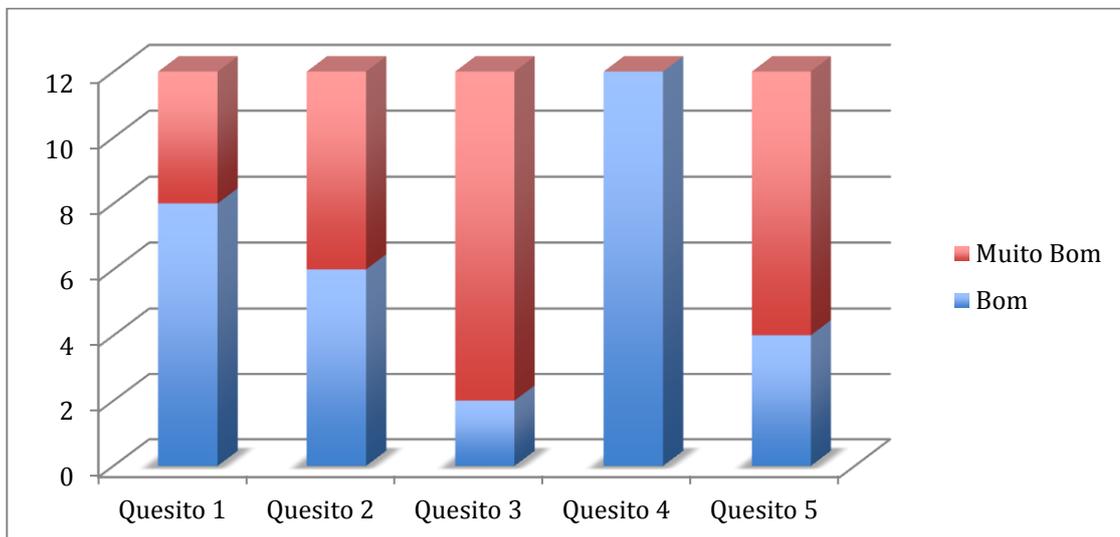
Gráfico 15. Conceitos atribuídos aos quesitos 1 a 5 entre Programas com Nota 2 e 3.



Fonte: Capes, 2017

Os PPGs com nota 4, todos receberam no Quesito 1 o conceito Bom ou Muito Bom e todos receberam o conceito Bom no quesito 4 (apresentando produção bibliográfica igual ou acima da mediana da área em termos de qualidade dos veículos e/ou da distribuição da produção).

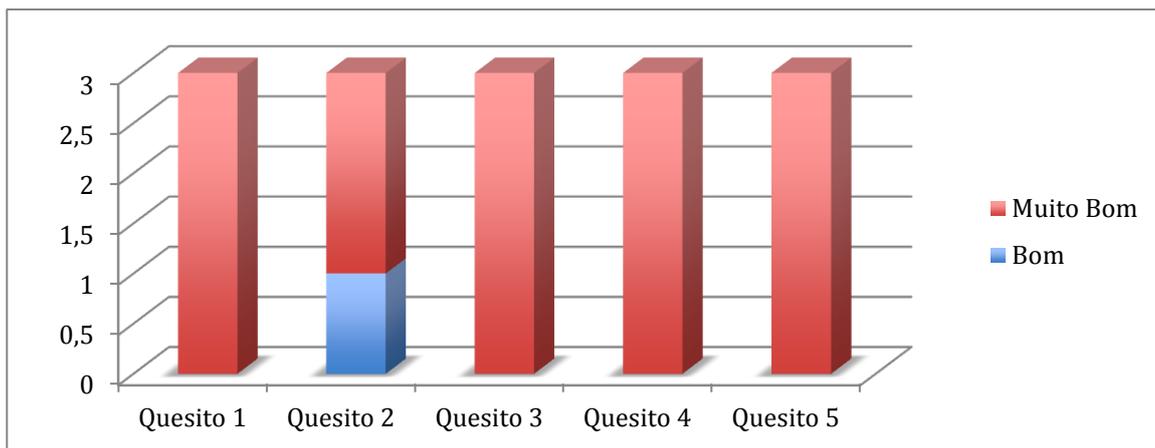
Gráfico 16. Conceitos atribuídos aos quesitos 1 a 5 entre Programas com Nota 4.



Fonte: Capes, 2017

Os PPGs com nota 5 receberam Muito Bom nos quesitos 1 e 4. No Quesito 4 apresentaram produção bibliográfica acima da mediana da área em termos de qualidade dos veículos e ou da distribuição da produção).

Gráfico 17. Conceitos atribuídos aos quesitos 1 a 5 entre Programas com Nota 4.



E, por fim, os Programas 6 e 7, além de receberem Muito Bom em todos os Quesitos, atenderam aos indicadores da área para Programas de excelência.

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

- QUALIS PERIÓDICOS
- CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS
- CLASSIFICAÇÃO DE EVENTOS

3.1. Qualis Periódicos:

O Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela instituição para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de Pós-Graduação (CAPES, 2009) e está baseada em informações fornecidas pelos Programas na Plataforma Sucupira. A estratificação da qualidade dessa produção intelectual é realizada de forma indireta. Ou seja, o Qualis afere a qualidade dos artigos a partir da análise da qualidade dos periódicos científicos.

A classificação de periódicos é realizada pela área de Serviço Social e os veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. Tal como definido pela Capes, a área de Serviço Social reconhece que sua avaliação dos periódicos expressa o valor atribuído pela área a estes, considerando, além de aspectos como base de dados e indexadores, também a pertinência do conteúdo veiculado.

O processo de avaliação dos periódicos está baseado nas informações fornecidas pela plataforma SUCUPIRA. Utilizando os critérios abaixo, é gerada uma listagem denominada WebQualis (disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>) com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de Pós-Graduação para a divulgação da sua produção. Outrossim, o WebQualis não contempla todos os periódicos existentes ou que possam ser usados pelos pesquisadores da área, mas apenas aqueles que foram empregados por docentes e/ou discentes no ano específico em análise.

Critérios da área de Serviço Social para avaliação dos periódicos

Considerou-se como periódico um dos tipos de publicações seriadas, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc., editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida e objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN). Fonte: NBR 6021 da ABNT.

Serão considerados como não periódicos científicos (NPC) veículos que não atendem à definição de periódico científico, tais como magazines, diários, anais, folhetos, conferências e quaisquer outros que se destinam à divulgação. Além disso, poderão ser

enquadrados como não periódicos registros informados de forma equivocada pelos programas e veículos que não atendem aos critérios dos estratos de A1 a C.

Como diretriz geral definida pelo CTC-ES, toma-se o universo dos periódicos em que os programas da área publicaram pelo menos um artigo no período em avaliação.

Os estratos são assim definidos:

Estrato 7 A1:

Disponibilidade em pelo menos 1 dos indexadores e bases de dados Scielo, ISI e SCOPUS e que tenham linha editorial vinculada a área ou área afins.

O índice h (Harzing's Publish or Perish) das revistas em A1 nos últimos 5 anos deverão ser superiores às do A2.

Para revista no Scielo, o fator de impacto desta base deverá ser superior às revistas classificadas como A2.

Os periódicos devem ter destacada qualidade e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o estrato A2.

A comissão definiu destacada qualidade como:

- a) índice h no terceiro e quarto quartil;
- b) estar vinculada a indexadores e bases de dados de alcance internacional na divulgação do conhecimento produzido pela área de Serviço Social;
- c) possuir linha editorial pertinente a área de Serviço Social: Serviço Social, Política Social e Políticas Públicas (no caso da Economia Doméstica considerar-se-á as temáticas Economia Doméstica, Família e Consumo).

Estrato 6 A2:

- Disponibilidade em pelo menos 1 dos indexadores e bases de dados Scielo, ISI, SCOPUS, Latindex ou Redalyc e que tenham linha editorial vinculada a área ou área afins.

- O índice h (Harzing's Publish or Perish) das revistas em A2 nos últimos 5 anos deverão ser superiores às do B1.

- Para revista no Scielo, será considerado o fator de impacto desta base.

- pertinência das temáticas à área, considerando a centralidade dos temas: Serviço Social, Política Social e Políticas Públicas (no caso da Economia Doméstica considerar-se-á as temáticas Economia Doméstica, Família e Consumo).

Assim, as revistas que foram classificadas em A2:

- a) tinham linha editorial pertinente a área de Serviço Social (conforme temáticas listadas acima);
- b) ter índice h correspondente ao segundo quartil, considerando todos os periódicos entre A1 e B1.

Estrato 5 B1:

- Disponibilidade em 2 ou mais bases de dados Latindex, Redalyc, Dialnet, Scielo, Clase, Scopus, ISI.

- Possuir índice h no primeiro quartil (Harzing's Publish or Perish) das revistas nos últimos 5 anos.

Estrato 4 B2:

- Presença em 2 bases de dado ou indexador internacional DOAJ, Sumários.org, Latindex, Redalyc, Dialnet, Ebsco Publishing, Sherpa/Romeo, Clase.
- Possuir índice h 0 ou 1 (Harzing's Publish or Perish) das revistas nos últimos 5 anos.

Estrato 3 B3

- Disponibilidade em uma base de dados ou indexador internacional DOAJ, OAJI, Latindex, Redalyc, Dialnet, Ebsco Publishing, Sherpa/Romeo, Clase.

Estrato 2 B4

- Disponibilidade em, pelo menos, uma base de dados ou indexador nacional DOAJ, OAJI, Sumários Brasileiros de Revistas Científicas ou similar.

Estrato 1 - B5

O periódico deve conter os seguintes itens:

- Editor responsável
- Conselho Editorial
- ISSN
- Linha editorial
- Normas de submissão
- Periodicidade mínima semestral
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 14 artigos
- Avaliação por pares
- Afiliação institucional dos autores
- Afiliação institucional dos membros dos Conselhos quando houver vínculo,
- Resumo e Abstract dos artigos na língua do texto e em inglês
- Descritores na língua do texto e em inglês
- Pelo menos um número do ano anterior publicado
- Disponibilidade em formato digital, com acesso *on line*
- Data de recebimento e aceitação de cada artigo

Além desses critérios acima, será considerada a pertinência das temáticas presentes no foco e escopo da revista à área, considerando a centralidade dos temas: Serviço Social, Política Social e Políticas Públicas (no caso da Economia Doméstica considerar-se-á as temáticas Economia Doméstica, Família e Consumo).

- Periódicos que atendam aos critérios explicitados acima, sem cumprir quaisquer das exigências adicionais descritas nos estratos superiores.

Estrato C

- Periódicos que não atendem às boas práticas editoriais, tendo como referencial os critérios disponíveis na COPE (publicationethics.org) e/ou não atendem aos critérios dos estratos A1 a B5.

Síntese

	Bases	N. bases	Índice	Obs.
A1	Scielo, ISI e SCOPUS	1	- h maior que os de A2, fator de Impacto Scielo - para os que estão nessa base, maior que A2	- linha editorial vinculada a área ou área afins
A2	ISI, SciELO, SCOPUS, Redalyc, Latindex	1	- h maior que os de B1, fator de Impacto Scielo - para os que estão nessa base	- linha editorial vinculada a área ou área afins
B1	Latindex, Redalyc, Dialnet, Scielo, Clase, Scopus, ISI .	2	h	
B2	DOAJ, Sumários.org, Latindex, Redalyc, Dialnet, Ebsco Publishing, Sherpa/Romeo, Clase.	2		
B3	DOAJ, Sumários.org, Latindex, Redalyc, Dialnet, Ebsco Publishing, Sherpa/Romeo, Clase	1		
B4	DOAJ, OAJI, Sumários Brasileiros de Revistas Científicas ou similar	1		
B5	Sem			

Tabela de Pontuação

Estrato	Pontuação
A1	100
A2	85
B1	70
B2	50
B3	35
B4	20
B5	5
C	0

Após classificação, a distribuição dos periódicos pelos estratos obedecerá aos critérios estabelecidos pela Capes, a saber:

- A soma dos periódicos em A1 somados aos periódicos em A2 deverá totalizar até 25% do total de periódicos classificados ($A1+A2 \leq 25\%$).
- O total de periódicos em A1 deverá ser inferior a A2 ($A1 < A2$).
- A soma de $A1+A2+B1 \leq 50\%$

3.2. Avaliação de Livros

Considerações sobre classificação de Livros, critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação.

O Serviço Social é uma das áreas que realizam a avaliação de livros, entendendo ser o livro um veículo de suma importância, pois representa em torno de 40% da sua produção intelectual. É importante salientar que a classificação de livros tem como objetivo avaliar a produção bibliográfica do programa e não de docente individualmente.

Quanto à definição de livro, este é um produto intelectual impresso ou eletrônico, que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas, tais como em trabalhos completos em Anais), contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

A avaliação dos livros da área será aplicada para classificação da produção intelectual que resulte de investigação em suas diferentes modalidades, tendo em vista suas especificidades: o tipo do produto – obra integral, coletânea temática, Anais (textos completos) de Congressos, dicionário (obras de verbetes) e Atlas; e a natureza da obra – científica, didática e técnica. Serão considerados para efeito da avaliação:

DEFINIÇÕES DE TIPOS E NATUREZA DA OBRA

TIPO

- **LIVRO/ OBRA INTEGRAL:** obra geralmente de um, eventualmente de dois ou mais autores, sendo pelo menos um docente ou discente de PPG, abrangendo: pesquisa; proposição teórica; ensaio; proposição metodológica; revisão de literatura; obra didática para a Graduação ou Pós-Graduação; análises quanto à formulação, gestão, implementação, financiamento e avaliação de políticas públicas e/ou sociais e outros temas de relevância social e técnico-científica para a área.
- **COLETÂNEA TEMÁTICA** - obra com contribuição de um ou mais autores, docente ou discente do PPG, que discorre sobre um ou mais temas, articulados por um eixo temático comum, englobando, pelo menos, 6 artigos ou capítulos. Quanto à natureza, a coletânea admite as mesmas características já detalhadas para a obra integral. Para efeito da avaliação, as coletâneas que não forem temáticas (ou seja, não apresentem um eixo temático comum) receberam pontuação menor que as temáticas.

- **DICIONÁRIO** - obras constituídas por verbetes temáticos, biográficos, históricos ou de outra natureza, realizada por vários autores, oferece instrumentos conceituais para os estudantes, pesquisadores e demais interessados. Quanto à natureza do **dicionário**, pode ser científico ou técnico.

NATUREZA

- - **CIENTÍFICAS**: produção intelectual de caráter científico, dirigida para a comunidade acadêmica, que apresenta resultados de pesquisa empírica, desenvolvimento de metodologias, reflexão conceitual e teórica, revisão e discussão de literatura, análises quanto à formulação, gestão, implementação, financiamento e avaliação de políticas públicas e/ou sociais e outros temas de relevância social e técnico-científica para a área.
- - **DIDÁTICAS**: produção intelectual de caráter pedagógico, dirigida para a formação de profissionais ou alunos de Graduação ou de Pós-Graduação.
- - **TÉCNICAS**: produção intelectual de caráter técnico, dirigida aos profissionais, abrangendo ideias, reflexões e teorias para a solução de problemas práticos ou para a realização dos processos de trabalho. Incluem obras como:
- **MANUAIS/GUIAS** - obra contendo noções operacionais acerca de determinada técnica ou processo de trabalho ou instruções acerca de um campo de atuação ou serviço a ele relacionado.
- **DOCUMENTOS** - obra contendo orientações e subsídios para a elaboração e implementação de um conjunto de ações organizadas para o enfrentamento de problemas específicos ou conjunto de problemas
- **CATÁLOGOS** - obra contendo lista organizada de instituições, pessoas, assuntos, etc. sendo cada entrada na lista acompanhada ou não de textos descritivos breves.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A sistemática adotada para o processo de avaliação dessa produção, no quadriênio 2017 compreendeu três fases, abaixo descritas.

Fase I – Cadastro dos dados da produção na Plataforma Sucupira

Os livros foram avaliados, considerando os dados cadastrados pelos Programas na Plataforma Sucupira (conforme dados abaixo). Só foram avaliadas as obras cadastradas corretamente pelos Programas.

Após cadastro, a área recebeu a planilha contendo os dados registrados pelos Programas para o trabalho da Comissão de avaliação.

Fase II – Avaliação

Esse processo foi realizado em 3 momentos, a saber:

2.1. Etapa de recepção e organização dos livros

Os coordenadores de cada Programa enviaram um exemplar de cada título de obra cadastrada na Plataforma Sucupira como livro (obra integral, capítulo, coletânea) para a biblioteca de referência da UFES.

A avaliação de livros ocorreu na **Universidade Federal do Espírito Santo**. Inicialmente, as bibliotecárias, sob supervisão dos docentes do Departamento de Biblioteconomia, organizaram o material enviado, verificando se estes estavam cadastrados na Plataforma.

Não foram avaliados pela comissão de livros.

- Obras sem ISBN ou ISSN incorreto ou com informações incorretas sobre a obra;
- Obras publicadas em gráficas, sem submissão a uma editora com Conselho Editorial;
- Documentos institucionais.
- Revistas.

2.2. Etapa de avaliação das obras

Uma comissão de docentes da área avaliou cada material enviado, considerando os critérios abaixo discriminados.

Quadro 1. Critérios para avaliação de livros (os mesmos critérios da trienal 2010-2012), abaixo apresentados:

I. ASPECTOS FORMAIS DA OBRA - SERVIÇO SOCIAL		Pontuação
Total para o item 25 pontos		
1. AUTORIA (apenas um tipo)	1.1. Única - Docente do Programa	25
	1.2. Docente (s) do Programa e autor (s) de outras instituições de ensino e/ou pesquisa no país sem participação discente	25
	1.3. Docente (s) do Programa e autor (s) de outras instituições de ensino e/ou pesquisa no país com participação discente	22
	1.4. Docente (s) do Programa e autor (s) de instituições de ensino e/ou pesquisa no exterior sem participação discente	25

	1.5. Docente (s) do Programa e autor (s) de instituições de ensino e/ou pesquisa no exterior com participação discente	22
	1.6. Docentes e discentes do Programa	15
	1.7. Docentes do Programa	12
2. EDITORIA (somatório de 2.1, 2.2 e 2.3) – Total 15 pontos		
2.1 Editora	2.1.1. Brasileira universitária, filiada à ABEU	7
	2.1.2. Brasileira universitária, não filiada à ABEU	3
	2.1.3. Comercial com distribuição nacional	6
	2.1.4. Universitária estrangeira	7
	2.1.5. Comercial estrangeira	6
	2.1.6. Edição de Sociedades Científicas	5
	2.1.7. Edição de Instituições públicas	3
	2.1.8. Edição do Programa	1
	2.1.9. Edição do Autor	1
	2.1.10. Instituição não Governamental	0
	2.1.11. Gráfica	0
2.2. Conselho editorial e revisão por pares		6
2.3. Coleção		2
3. INDICADORES DE QUALIDADE DA OBRA - Total 30 pontos		

A pontuação será o somatório dos subitens até o limite de 30 pontos.	3.1. Publicação em idioma estrangeiro	15
	3.2. Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	15
	3.3. Financiamento da edição por agência de fomento resultante de processo de avaliação em editais de apoio à publicação	10
	3.4. 1ª Edição	1
	3.5. 2ª reedição	3
	3.6. 3ª reedição ou mais	5
	3.7. Obra, resultado de pesquisa com projeto financiado por edital de agências nacionais ou internacionais de fomento à pesquisa	5
	3.8. Obra relacionada a programas de pesquisa multicêntricos financiados por instituições nacionais ou internacionais de fomento	10
4. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS – VINCULAÇÃO AO PROGRAMA - Total de 10 pontos.		
	4.1. Vinculação à linha de pesquisa	10
	4.2. Vinculação apenas à área de concentração	5
	4.3. Vinculação – projeto isolado	1
Características Adicionais – Tipo de Obra Total 20 pontos		
	5.1.1. Integral	20
	5.1.2. Coletânea temática	15
	5.1.3. Coletânea não temática	10
	5.1.3 Dicionário	10
	5.1.4. Anais de Congresso	5
	5.1.5. Manual para Ensino Superior	5
	5.1.6. Livro didático	5

	5.1.7. Tradução texto teóricos relevantes para a área	5
II. Análise Qualitativa da Obra - Tipo de Obra - Total 20 pontos (pontuação será o somatório das letras A a E)		
	A. Apresentação e cuidado gráficos	2
	B. Estrutura e coerência	3
	C. Abrangência e pertinência da discussão	15
	D. Relevância da obra e potencial de impacto	10
	E. Originalidade (das abordagens/interpretações) e ineditismo da pesquisa	10

Foram atribuídos pesos às partes da obra.

Parte I -45%

Parte II -55%

Após a análise, as obras foram enquadradas em um dos estratos, considerando as seguintes pontuações:

L4 – obras que obtiverem entre 81 e 100 pontos

L3 – obras que obtiverem entre 61 e 80 pontos

L2 – obras que obtiverem entre 41 e 60 pontos

L1 – obras que obtiverem entre 21 e 40 pontos

NL – obras que obtiverem entre menos de 21 pontos

O valor atribuído a cada produto considerando o enquadramento por estrato foi:

Estrato	Livro Integral	Capítulo	Org. de Coletânea, Dicionário	Prefácio, Posfácio, Apresentação, Introdução	Verbetes	Organização de Anais de Congresso
L4	250	80	60	40	30	20
L3	170	50	35	25	20	10
L2	90	25	20	13	10	5
L1	45	12	10	8	5	3
NL	0	0	0	0	0	0

Para fins de avaliação, consideramos a Obra integral como parâmetro para a adoção de travas. Ou seja, nenhum produto receberia pontuação superior ao atribuído à Obra integral de seu estrato:

- a) Em caso de Coletâneas, consideramos até 3 produtos de docentes de um mesmo Programa por obra;
- c) O total de produtos avaliados para o estrato L4 será inferior a L3;
- d) O somatório de L3+L4 não poderiam ultrapassar 50% do total de obras avaliadas.

Foram excluídas pela comissão de avaliação as obras registradas com ISBN errado, obras reimpressas, trabalhos que não correspondiam a livro, registros de capítulos que não pertenciam à obra cadastrada.

Todos os livros não enviados pelas IES foram classificados como não enviados e não receberam pontuação.

3.3. Classificação de eventos:

Evento Científico é uma atividade que tem como objetivos: reunir especialistas e interessados em determinadas áreas do saber para discussão de temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da pesquisa científica em uma área; divulgar resultados de pesquisa dos pesquisadores e colocá-la em debate com vistas à sua qualificação e validação no âmbito da comunidade científica; incentivar o desenvolvimento de campos de pesquisa ainda emergentes; promover a formação de pesquisadores por meio da interação de pesquisadores e profissionais e grupos de pesquisa com interesse na área.

Os eventos científicos podem ser categorizados e definidos:

1 Congresso - Reunião ou encontro de pesquisadores e/ou profissionais com interesse em pesquisa acadêmica com vistas à apresentação de resultados de pesquisa em andamento, de desenvolvimentos em uma dada linha de pesquisa ou estado da arte em um dado campo ou tópico de interesse. Pode incluir várias atividades, tais como mesas-redondas, conferências, simpósios, palestras, comissões, painéis, minicursos, entre outras.

2 Simpósio - Reunião de iniciativa de determinada comunidade científica em torno de um assunto específico com vistas a agregar resultados e considerações de modo a promover avanço no sentido de sua clarificação. Pesquisadores convidados apresentam suas considerações e/ou resultados sobre o tema, para debate amplo com um público com interesses comuns.

3 Encontro - Reunião de iniciativa de determinada comunidade científica na qual pesquisadores, docentes, estudantes de pós-graduação e de graduação ou outros

profissionais têm a possibilidade de apresentar seus resultados de pesquisa e relatos de experiências em determinada área ou tema para coloca-los em debate, com vistas a qualificá-los e validá-los. Nos encontros também pode haver atividades, tais como mesas-redondas, conferências, palestras, painéis, minicursos, entre outras atividades de atualização e divulgação com vistas ao avanço da área, bem como debates sobre temas relevantes, atuais e polêmicos no âmbito da área.

4 Colóquio - Evento de menor porte do que um encontro, com vistas a intensificar o diálogo de pesquisadores, alunos e/ou profissionais em torno de um tópico ou questão específica, de modo a promover avanço no entendimento deste ou gerar questões a serem investigadas como continuidade.

5 Workshop - Reunião de pesquisadores e/ou técnicos que dão apoio à pesquisa, em torno do desenvolvimento de técnicas, metodologias ou práticas que sejam úteis à condução de pesquisa em determinado campo. O workshop pode ser conduzido por um pesquisador/profissional ou sua condução pode ser compartilhada em função de seus objetivos específicos.

6 Reunião - Reunião de pesquisadores, podendo ser estendida a profissionais vinculados à atividade científica e aos alunos, para a apresentação e discussão de assuntos pertinentes à atividade científica/acadêmica ou à gestão em ciência.

7 Seminário - Reunião de um grupo de estudos/pesquisa em torno de um tópico exposto oralmente por um ou mais dos participantes, usualmente relativo à pesquisa em andamento a ser discutida pelos participantes.

8 Painel - Exposição de visões, abordagens relativas a um tema por um pequeno número de especialistas. Usualmente, uma das atividades programadas em congressos.

9 Fórum - Tipo de reunião menos técnica cujo objetivo é envolver a efetiva participação de um público interessado para o tratamento de questões relevantes sobre desenvolvimento científico, ações sociais em benefício de grupos específicos ou da humanidade em geral.

10 Conferência - Apresentação pública ou preleção sobre tema (assunto técnico, artístico, científico ou literário) de interesse de uma comunidade por parte de pesquisador/profissional/ especialista com notoriedade na área em que atua.

11 Palestras e Ciclo de Palestras - Sequência de apresentações públicas sobre determinado tema de interesse oriunda de iniciativas da parte de instituições científicas/educacionais ou profissionais para as quais a apresentação do produto da pesquisa acadêmica seja relevante, ou oriunda de redes de cooperação nacionais ou internacionais.

12 Jornada - Encontro curto (de um dia de duração), usualmente organizados por grupos de pesquisa, de âmbito regional ou local, para discutir assuntos de interesse do grupo. As conclusões podem definir linhas norteadoras para trabalho futuro.

13 Feira (ou Mostra) - exposição pública de trabalhos, materiais e outros produtos decorrentes de atividade acadêmica (científica, literária, artística).

Critérios de Avaliação

A realização de eventos constitui produção significativa e relevante na Área, tanto para docentes quanto para discentes. Partindo de tal consideração, são definidos critérios para sua avaliação. As orientações e critérios que são aqui definidos objetivam considerar a produção de eventos de programas de Pós-Graduação, de grupos/ redes de pesquisadores, de instituições acadêmicas e de associações científicas, e não a produção individual de professores, pesquisadores e alunos.

1 - **Relevância.** A relevância para o desenvolvimento científico da Área é avaliada, levando-se em conta, fatores tais como: tema central ou tópicos focalizados; abrangência temática (os eventos de grande abrangência temática devem viabilizar a agregação de pessoas que atuam em áreas, subáreas/temas distintos, mas com possíveis interfaces; possibilidade de aprofundamento do conhecimento no tema e a articulação de pesquisas afins, no caso de eventos de pequena abrangência temática; possibilidade de agregar pesquisadores com pesquisa reconhecida na área; contribuição para a formação discente (como em minicursos); produção de produtos como vídeos, material impresso ou *on line* como coletâneas, anais, atas; delimitação clara de objetivos.

2 - **Consolidação.** A consolidação do evento é avaliada pelo número e periodicidade das edições. Em caso de evento não seriado, será considerada a contribuição científica para a Área em termos de consolidação teórica.

3 - **Comissão Organizadora.** A organização do evento é avaliada pela composição, diversidade e articulação da comissão organizadora.

4 - **Excelência acadêmica.** A excelência acadêmica do evento é avaliada pela composição do comitê científico e pelos critérios de seleção de trabalhos.

5 - **Abrangência.** A abrangência do evento é avaliada em cinco estratos, a saber:

5.1 **Internacional** - Eventos de entidades de âmbito internacional, de caráter itinerante ou não, e eventos que, não sendo de associações internacionais, apresentem: 1-comissão organizadora composta por representantes de pelo menos uma instituição estrangeira reconhecida internacionalmente; 2 - comitê científico com pelo menos 2/3 de membros de instituições estrangeiras; 3 - pelo menos 2/3 dos conferencistas convidados provenientes de instituições estrangeiras de qualidade reconhecida e/ou com produção científica ou atuação acadêmica reconhecida internacionalmente e 4 - chamada internacional para submissão de trabalhos no evento, programa, divulgação e apresentação de trabalhos nas línguas do evento.

5.2 **Nacional** - Eventos de entidades associativas nacionais, de caráter itinerante ou não, e eventos que, não sendo de associações nacionais, apresentem: 1 - comissão organizadora composta por representantes nacionais de qualidade reconhecida; 2 - comitê científico com pelo menos 2/3 de membros de instituições nacionais, provenientes de diferentes estados do país; 3 - chamada para trabalhos de ampla circulação nacional.

Obs. A área só qualificou os eventos Internacionais e nacionais.

Cada Programa enviou a produção de Trabalhos Completos em Anais de eventos científicos dos docente. A Comissão procedeu a análise dos eventos.

Estratos e Pontuação dos eventos

Estrato do evento	Pontuação Final do Evento obtida na avaliação
E4	81-100
E3	61-80
E2	41-60
E1	21-40
E0	1-20

Detalhamento dos critérios para a qualificação dos Eventos

Serão avaliados eventos, por meio de seus projetos de execução e/ou material de divulgação em páginas institucionais *on-line*.

Eventos em primeira edição devem ser qualificados em função também da novidade/oportunidade de sua realização.

E4	
Critérios	Definições
Relevância	Excelente contribuição para: desenvolvimento científico da Área, considerando tema central ou tópicos focalizados; discussão de temas atualizados e inovadores, que contribuam significativamente para a consolidação da Área; evidente articulação de pesquisas afins e agregação de pesquisadores de forte reconhecimento na área; evidente contribuição para a formação e qualificação de pesquisadores; divulgação dos resultados obtidos por meio de produção intelectual qualificada. Os objetivos específicos do evento devem ter qualidade e serem exequíveis, de modo a contribuir para o programa e/ou para a área.
Consolidação	Eventos anuais com seis ou mais edições, bianuais com quatro edições e trienais com três edições, ou um evento único, mas atendendo todos os critérios qualitativos do estrato, com forte relevância para a consolidação teórica na área.
Abrangência	Internacional: eventos de entidades de âmbito internacional, de caráter itinerante ou não, e eventos que, não sendo de associações internacionais como as citadas e assemelhadas, apresentem: 1 - comissão organizadora composta por representantes de pelo menos uma instituição estrangeira reconhecida internacionalmente; 2 - comitê científico com membros de instituições de reconhecida qualidade em âmbito internacional; 3 - palestrantes convidados provenientes de instituições estrangeiras de qualidade reconhecida e/ou com produção científica ou atuação acadêmica reconhecida internacionalmente; e 4 - chamada para trabalhos de circulação internacional. OU Nacional: eventos de entidades associativas nacionais, de caráter itinerante ou

	não, e eventos que, não sendo de associações nacionais como as citadas, apresentem: comissão organizadora composta por representantes de instituições nacionais de qualidade reconhecida; palestrantes convidados provenientes de instituições nacionais, de diferentes regiões do país, de qualidade reconhecida, e/ou com produção científica ou atuação acadêmica reconhecida em nível nacional: 4 - chamada para trabalhos de ampla circulação nacional.
Comissão Organizadora	Comissão organizadora integrada por especialistas da área, com qualificação técnica comprovada e variada na composição de acordo com a abrangência do evento acima descrita. Considera-se a possibilidade de comissão organizadora formada por especialistas de uma mesma Instituição, em caso de eventos de núcleos, laboratórios, centros, grupos de pesquisa com reconhecido perfil acadêmico.
Composição do Comitê Científico	Comitê científico com membros relevantes de diferentes instituições, com explicitação dos critérios de seleção de propostas de participação, com análise por comissão científica de acordo com a tradição da área.

E3	
Critérios	Definições
Relevância	Muito boa contribuição para: desenvolvimento científico da Área, considerando tema central ou tópicos focalizados; discussão de temas atualizados que contribuam para o fortalecimento da Área e formação de recursos humanos; articulação de pesquisas afins e pesquisadores de reconhecimento na área; contribuição para a formação e qualificação de docentes; divulgação de resultados obtidos por meio de produção intelectual qualificada. Os objetivos específicos do evento devem ter qualidade e serem exequíveis, de modo a contribuir para o programa e/ou para a área.
Consolidação	Eventos anuais com cinco ou quatro edições, bianuais com três edições e trienais com duas edições, ou de relevância comprovada, ainda que com número de edições inferior a cinco. Um evento único, mas atendendo todos os critérios, pode ser considerado de relevância no estrato.
Abrangência	Nacional: eventos de entidades associativas nacionais, de caráter itinerante, ou não, e eventos que, não sendo de associações nacionais como as citadas ou assemelhadas, apresentem: 1 - comissão organizadora composta nacionais; 2 - comitê científico composta por membros de instituições de reconhecida qualidade em âmbito nacional, provenientes de diferentes regiões do país; 3 - palestrantes convidados provenientes de instituições nacionais, de diferentes estados do país, de qualidade reconhecida, e/ou com produção científica ou atuação acadêmica reconhecida em nível nacional; 4- chamada para trabalhos de ampla circulação nacional.
Comissão Organizadora	Comissão organizadora integrada por especialistas da área, com qualificação técnica comprovada e variada na composição de acordo com a abrangência do evento acima descrita. Considera-se a possibilidade de comissão organizadora formada por especialistas de uma mesma Instituição, em caso de eventos de núcleos, laboratórios, centros, grupos de pesquisa com reconhecido perfil acadêmico.

Composição do Comitê Científico	Comitê científico com membros relevantes na Área, com membros de instituições diferentes, com explicitação dos critérios de seleção de propostas de participação.
---------------------------------	---

E2	
Critérios	Definições
Relevância	Razoável contribuição para: desenvolvimento científico da Área, considerando tema central ou tópicos focalizados; discussão de temas atualizados que contribuam para o fortalecimento da Área e formação de recursos humanos; articulação de pesquisas afins e pesquisadores de reconhecimento na área; contribuição para a formação e qualificação de docentes; divulgação de resultados obtidos por meio de produção intelectual qualificada. Os objetivos específicos do evento devem ter qualidade e serem exequíveis, de modo a contribuir para o programa e/ou para a área.
Consolidação	Eventos anuais com três ou duas edições, bianuais com duas edições e trienais com uma edição, ou de relevância comprovada, ainda que com número de edições inferior a três. Um evento único, mas atendendo todos os critérios, pode ser considerado de relevância deste estrato.
Abrangência	Nacional, caracterizada por eventos em copromoção por instituições relevantes em suas regiões ou um evento que vise a integrar programas de uma mesma região ou e que consista em atividade de GT, de modo a congrega pesquisadores que trabalham em torno de um mesmo tema: 1- comissão organizadora composta por docentes com produção acadêmica relevante na área assim como de estudantes de pós-graduação/iniciação científica/ iniciação à docência; 2 - comitê científico com docentes; 3 - palestrantes convidados provenientes de instituições da região do evento ou de âmbito maior; 4 - chamada para trabalhos
Comissão Organizadora	Comissão organizadora integrada por especialistas da área, com qualificação técnica comprovada e variada na composição de acordo com a abrangência do evento acima descrita. Considera-se a possibilidade de comissão organizadora formada por especialistas de uma mesma Instituição, em caso de eventos de núcleos, laboratórios, centros, grupos de pesquisa com reconhecido perfil acadêmico estadual: eventos promovidos por instituição (ou órgão ou entidade) acadêmica, universitária, ou de pesquisa de um estado, e destinado a público predominantemente nele radicado ou um evento que vise a: promover a integração de linhas de pesquisa de um programa; contribuir para a formação discente; aproximar alunos e pesquisadores de programas afins; atender a necessidades ou a propostas específicas do programa em questão. Nesses casos, o evento deve possibilitar: 1 - exposição de pesquisa em andamento, por parte de estudantes, apresentando: comissão organizadora composta por docentes do programa, com produção acadêmica relevante na área assim como de estudantes de pós-graduação/iniciação científica/ iniciação á docência; 2 - comitê científico; 3 - convidados provenientes de instituições da região do evento ou de âmbito maior; 4 -participação efetiva de discentes do programa.
Composição do Comitê Científico	Comitê científico com membros relevantes na área, instituições diferentes, com explicitação dos critérios de seleção de propostas de participação, com o rigor

qualitativo devido e de acordo com a área envolvida.
--

E1	
Critérios	Definições
Relevância	Fraca contribuição para: desenvolvimento científico da Área, considerando tema central ou tópicos focalizados; discussão de temas que contribuam para o fortalecimento da Área e formação de recursos humanos; articulação de pesquisas afins e pesquisadores da área; formação e qualificação de pesquisadores; divulgação de resultados obtidos por meio de produção intelectual qualificada. Os objetivos específicos do evento devem ser relevantes para o programa e para a área.
Consolidação	Eventos anuais com duas ou uma edição, bianuais com uma edição e trienais com uma edição. Um evento único, mas atendendo todos os critérios, pode ser considerado de relevância no estrato.
Abrangência	Nacional: eventos promovidos por instituição (ou órgão ou entidade) acadêmica, universitária, ou de pesquisa de um estado, e destinado a público predominantemente nele radicado ou um evento que vise a: promover a integração de linhas de pesquisa de um programa; contribuir para a formação discente; aproximar estudantes e pesquisadores de programas afins; atender a necessidades ou a propostas específicas do programa em questão. Nesses casos, o evento deve possibilitar: 1 - exposição de pesquisa em andamento, por parte de estudantes, apresentando comissão organizadora composta por docentes do programa, com produção acadêmica relevante na área assim como de estudantes de pós-graduação e iniciação científica; 2 - comitê científico com docentes vinculados à pós-graduação, com produtividade acadêmica na área em que atua; 3 - palestrantes convidados provenientes de instituições da região do evento ou de âmbito maior; 4 - participação efetiva de discentes do programa.
Comissão Organizadora	Comissão organizadora integrada por especialistas da área, com qualificação técnica comprovada e variada na composição de acordo com a abrangência do evento acima descrita. Considera-se a possibilidade de comissão organizadora formada por especialistas de uma mesma Instituição, em caso de eventos de núcleos, laboratórios, centros, grupos de pesquisa com reconhecido perfil acadêmico.

INSTRUMENTO PARA AVALIAR O EVENTO

Título do evento:	
Programa(s) Organizador(es) ou entidades organizadoras:	
Site do evento:	
Número de edição do evento:	Periodicidade:
Abrangência: () internacional () nacional () regional () estadual () local	
Composição da Comissão Organizadora com as respectivas instituições:	
Membros da Comissão Organizadora	Instituição

Composição do Comitê Científico com respectivas instituições:	
Membros do Comitê Científico	Instituição

Critério Relevância		
Categorias/definições	Pontos (Até 20 pontos)	Valor
Discussão de temas atualizados e inovadores, que contribuam significativamente para a consolidação da Área. Evidente articulação de pesquisas afins e agregação de pesquisadores de forte reconhecimento na área; evidente contribuição para a formação e qualificação de pesquisadores. Divulgação dos resultados obtidos por meio de produção intelectual qualificada. Avaliação final: excelente.	100% = 20	
Discussão de temas atualizados que contribuam para o fortalecimento da Área e formação de recursos humanos. Articulação de pesquisas afins e pesquisadores de reconhecimento na área; Contribuição para a formação e qualificação de docentes. Divulgação de resultados obtidos por meio de produção intelectual. Avaliação final: muito bom	75% = 15 pontos	
Discussão de temas que contribuam para o fortalecimento da Área e formação de recursos humanos. Articulação de pesquisas afins e pesquisadores da área; Contribuição mediana para a formação e qualificação de pesquisadores. Divulgação de resultados obtidos por meio de produção intelectual. Avaliação final: bom.	50% = 10 pontos	
Contribuição restrita para a Área, em torno de temas menos abrangentes, mas ainda assim significativos. Contribuição para a formação discente e divulgação de resultados por meio de produção intelectual. Avaliação final: razoável.	25%=5 pontos	
Evento sem contribuição visível para a Área.	0 ponto	
Critério Consolidação		
Categorias/ Definições	(Até 20 pontos)	Valor
Evento anuais com 6 ou mais edições, bianuais com 4 edições e trienais com 3 edições, ou um evento único, mas atendendo todos os critérios qualitativos do estrato, com forte relevância para a consolidação teórica na área.	100%=20 pontos	
Eventos anuais com 5 ou 4 edições, bianuais com 3 edições e trienais com 2 edições, ou de relevância comprovada, ainda que com número de edições inferior a cinco. Um evento único, com reconhecida relevância para a consolidação teórica na área.	75%=15 pontos	
Eventos anuais com 3 ou 2 edições, bianuais com 2 edições e trienais com 1 edição, ou de relevância comprovada, ainda que com número de edições inferior a três. Um evento único, mas atendendo todos os critérios, com contribuição significativa em função de seu escopo e objetivos.	50%= 10 pontos	
Eventos anuais com 2 ou 1 edição, bianuais com 1 edição e trienais com 1 edição. Um evento único, mas atendendo todos os critérios, com alguma relevância para a consolidação teórica na área	25%= 5 pontos	

Evento em primeira edição sem comprovação de relevância para a consolidação teórica na área.	0 ponto	
Critério Abrangência		
Categorias/Definições	(Até 20 pontos)	Valor
Alcance internacional	100%= 20 pontos	
Alcance nacional	75%= 15 pontos	
Alcance regional ou estadual, com palestrantes de instituições diferentes, atendendo parcialmente aos critérios qualitativos de AV2.	50% = 10 pontos	
Alcance local, com palestrantes locais diferentes, atendendo minimamente aos critérios qualitativos de AV1.	25%= 5 pontos	
Evento sem caracterização quanto à abrangência.	0 ponto	
Critério Composição da Comissão Coordenadora		
Categorias/ Definições	(Até 20 pontos)	Valor
Comissão organizadora com participantes de instituições estrangeiras ou envolvimento de participantes de mais de uma instituição nacional de diferentes estados.	100% = 20 pontos	
Comissão organizadora com participantes de diferentes instituições nacionais e de regiões diferentes.	75%= 15 pontos	
Comissão organizadora com participantes de diferentes instituições de um mesmo estado.	50%= 10 pontos	
Comissão organizadora somente local.	25%= 5 pontos	
Evento sem comissão organizadora.	0 ponto	
Critério Composição do Comitê Científico		
Categorias/ Definições	(Até 20 pontos)	Valor
Comitê científico com membros fortemente reconhecidos na área, internacionais e nacionais, pertencentes a diferentes instituições; explicitação e aplicação rigorosa de critérios de seleção das propostas.	100%= 20 pontos	
Comitê científico com membros de relevância mediana na área, somente nacionais; explicitação dos critérios de seleção das propostas.	50%= 10 pontos	
Comitê científico com membros de relevância restrita, somente locais, dos quais 20% pertençam a diferentes instituições; explicitação dos critérios de seleção das propostas.	25%= 5 pontos	
Evento sem comitê científico	0 ponto	
TOTAL GERAL DE PONTOS DO EVENTO		
ESTRATO		

Uma vez avaliado o evento, foi atribuída a pontuação correspondente à produção em Anais de eventos científicos, um dos subprodutos do evento. A área considera apenas Anais de eventos científicos nacionais e internacionais que publicam trabalhos completos.

Trava: Ao final do quadriênio, cada Programa poderá pontuar até 120 trabalhos completos em Anais de eventos qualificados pela área.

IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS		
Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
1 – Proposta do Programa	0	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>1.1.1. Na avaliação da proposta do programa serão consideradas:</p> <p>a) A articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento concluídos e em andamento.</p> <p>b) Adequação e abrangência das áreas de concentração que devem expressar os objetivos do Programa.</p> <p>c) Clareza e especificidade na formulação e na quantidade das áreas de concentração e das linhas de pesquisa.</p> <p>d) A vinculação entre linhas e projetos, conforme classificação abaixo: 80% ou mais = MB 79% a 60 % = B 59% a 40% = R 39% a 20% = F Menos de 20% = I</p> <p>e) A quantidade de linhas e projetos em relação à dimensão do corpo docente permanente, sendo recomendada a distribuição de, no mínimo, 01 e, no máximo, 05 projetos por docente do quadro permanente.</p> <p>f) A interdisciplinaridade (presença de docentes e discentes de outras áreas) no Programa, assim como de docentes com diferentes formações de pós-graduação</p> <p>-----</p> <p>1.1.2. Na avaliação da coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular serão consideradas:</p> <p>a) A articulação das disciplinas que compõem a estrutura curricular em relação às áreas de concentração.</p> <p>b) Coerência entre ementas, programas e bibliografia das disciplinas em relação à proposta do Programa.</p>

		<p>c) A flexibilidade da estrutura curricular na composição dos planos de estudos dos alunos.</p> <p>d) A consonância da formação do corpo docente permanente em relação ao conteúdo da estrutura curricular.</p> <p>e) Articulação interna das atividades acadêmicas do programa (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos e/ou grupos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas)</p> <p>f) Interação com outros Programas das IES (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos e/ou grupos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas).</p>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>40%</p>	<p>O Programa deverá informar as metas atingidas e as previstas para o próximo quadriênio em termos de formação de recursos humanos, inserção social e produção de conhecimento, tendo em vista os desafios nacionais e internacionais da área. Deve apresentar as iniciativas como procedimentos internos de auto-avaliação, mecanismos e instrumentos para o acompanhamento de egressos; existência de plano para capacitação docente.</p> <p>1.2.1. Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa no programa:</p> <p>Os docentes permanentes devem participar de grupos ou núcleos segundo a classificação abaixo: 80% dos docentes ou mais integrando grupos de pesquisa consolidados = MB De 79% a 60% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = B De 59% a 40% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = R</p>

		<p>De 39% a 20% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = F Menos de 20% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = I</p> <p>1.2.2. Internacionalização do programa: Considerar: convênios, bolsas-sanduíche, intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, intercâmbio de docentes e discentes, eventos conjuntos, e outras atividades similares, como recepção de bolsistas em estágio pós-doutoral do exterior, co-cutela para dupla titulação, professor visitante do exterior, entre outros.</p> <p>1.2.3. Programa de Acompanhamento a Egressos: Os Programas devem possuir política e sistemática de monitoramento de egressos, num período de três anos após a titulação, de forma a se obter dados para avaliar se os objetivos do Programas foram alcançados a partir da inserção dos egressos do programa.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>10%</p>	<p>3.1. Na avaliação da infra-estrutura do Programa para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão serão consideradas:</p> <p>a) As condições de espaço físico para funcionamento da coordenação e secretaria do Programa e para o atendimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>b) A existência e a suficiência de equipamentos de informática e de multimídia para atender às necessidades do Programa.</p> <p>c) Acervo bibliográfico e documental e serviços disponíveis em apoio ao desenvolvimento do Programa.</p> <p>d) Captação de recursos para ações</p>

		de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos). Na avaliação deste item será considerado o atendimento de todos os critérios acima para atribuição do conceito máximo.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	35%	<p>a) Todos os docentes (permanentes, colaboradores e visitantes) devem ser doutores.</p> <p>b) A qualificação do corpo docente permanente deve ser adequada às áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular do Programa.</p> <p>c) Participação do corpo docente permanente em processo de capacitação permanente (intercâmbios, estágios, missões de trabalho, pós-doutorado e licença capacitação), etc.</p> <p>MB – os itens estão contemplados integralmente; B – os itens estão contemplados parcialmente; R – apenas 2 itens foram contemplados F – apenas 1 item foi contemplado; D – nenhum item foi contemplado.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	20%	<p>a) A proporção de docentes do quadro permanente deve ser comparada em relação ao corpo discente, sendo considerada adequada a média de até 10 discentes por docente.</p> <p>b) O tamanho (mínimo de 10 docentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e de orientação em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;</p> <p>c) Adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional, conforme regulamentação em vigor;</p>

	<p>d) O corpo docente deve ser constituído por, no mínimo, 60% com formação de graduação ou de pós-graduação em Serviço Social, sendo que os programas explicitamente de caráter interdisciplinar e interdepartamental (Políticas Sociais e Políticas Públicas) devem alcançar um percentual de 30% (esse critério não se aplica aos Programas de Economia Doméstica).</p> <p>e) A participação de docentes visitantes e docentes colaboradores é desejável, evidenciando o grau de inserção do Programa em relação à graduação, à Pós-Graduação e à comunidade acadêmica.</p> <p>f) Pelo menos 70% dos docentes do Programa deve integrar o corpo de docentes permanentes: 70% ou mais = MB De 69% a 50% = B De 49% a 30% = R De 29% a 10% = F Menos de 10% = I</p> <p>g) As oscilações na sua composição são aceitáveis até 30% no quadriênio, de forma a manter a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e orientação, em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes.</p> <p>h) Existência de critérios tanto para a inserção como para permanência dos docentes tanto do quadro permanente, como os não permanentes;</p> <p>i) Os docentes permanentes do Programa devem pertencer ao quadro de docentes da Universidade onde se situa o Programa, devendo dedicar, pelo menos, 20 horas semanais ao Programa.</p> <p>j) Os professores só podem participar,</p>
--	--

		<p>no máximo, de três programas de pós-graduação como docentes permanentes.</p> <p>Na avaliação deste item será considerado o atendimento de todos os critérios acima para atribuição do conceito máximo.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	30%	<p>a) A distribuição da carga letiva e da carga horária em ensino e orientação do Programa deve ser de pelo menos 80% entre os docentes permanentes. Somente 20% da carga horária ministrada pode ser assumida por colaboradores e visitantes.</p> <p>b) Os docentes do quadro permanente devem desenvolver sistematicamente atividades de ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>c) Todos os docentes do quadro permanente devem participar de projetos de pesquisa.</p> <p>d) A participação de docentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa será avaliada como positiva.</p> <p>e) A participação de professores do Programa com Bolsa de Produtividade do CNPq ou de outras instituições de fomento será avaliada como positiva.</p> <p>f) A participação de docentes em programas e projetos especiais (PROCAD, PQI, MINTER, DINTER, Casadinho, CAFP-BA e outros).</p> <p>Todos os critérios acima - Muito Bom. Critérios a, b, c e 2 entre os 3 itens (d, e ou f) – Bom Critérios a, b, c e 1 entre os 4 itens (d, e ou f) – R Ausência dos critérios a, b e c – I</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão</p>	15%	<p>a) Os docentes do Programa devem participar de atividades de ensino de</p>

<p>que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p>		<p>Graduação. b) Os docentes do Programa devem participar de atividades de orientação de Iniciação Científica. c) Será observada a articulação do Programa com cursos de graduação e os impactos decorrentes dessa articulação.</p>
<p>3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>30%</p>	<p>3.1.1. Será avaliado o percentual de titulados em relação aos alunos ingressantes, excluídas as desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente, conforme classificação abaixo: 60% ou mais = MB De 59% a 50% = B De 49% a 40% = R De 39% a 30% = F Menos de 30% = I</p> <p>3.1.2. A dimensão do corpo discente em relação quadro docente permanente, será observada: Até 08 discentes por docente permanente = MB De 09 a 11 discentes por docente permanente = B De 12 a 14 discentes por docente permanente = R De 15 a 17 discentes por docente permanente = F Mais de 17 discentes por docente permanente = I</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>3.2.1. As teses e dissertações defendidas devem ser distribuídas pelos docentes do programa, considerando: Teses e/ou dissertações distribuídas por 80% ou mais dos docentes permanentes = MB Teses e/ou dissertações distribuídas entre 79% e 60% dos docentes permanentes = B Teses e/ou dissertações distribuídas entre 59% e 40% dos docentes permanentes = R Teses e ou dissertações distribuídas</p>

		entre 39% e 20% dos docentes permanentes = F Teses e ou dissertações distribuídas por menos de 20% dos docentes permanentes = I
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30%	3.3.1. As teses e dissertações devem gerar publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais), até 04 anos após a defesa. 3.3.1.1. O percentual de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente (e participação de discentes autores da graduação) será avaliado de acordo com a seguinte classificação: 25% ou mais de discentes autores = MB De 24% a 15% de discentes autores = B De 19% a 15% de discentes autores = R De 14% a 10% de discentes autores = F Menos de 10% de discentes autores = I 3.3.1.2. Teses e Dissertações vinculadas às áreas de concentração, linhas e projetos, conforme classificação abaixo: 90% ou mais = MB De 89% a 80% = B De 79% a 70% = R De 69% a 60% = F Menos de 60% = I
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20%	3.4.1. Com relação ao tempo médio de titulação de bolsistas no mestrado, será considerada a seguinte classificação: Até 30 meses para titulação = MB De 31 a 34 meses para titulação = B De 35 a 38 meses para titulação = R De 39 a 42 meses para titulação = F Mais de 42 meses para titulação = I

		<p>3.4.2. Com relação ao tempo médio de titulação de bolsistas no doutorado, será considerada a seguinte classificação: Até 54 meses para titulação = MB De 55 a 58 meses para titulação = B De 59 a 62 meses para titulação = R Mais de 62 meses para titulação = F</p> <p>3.4.3. Com relação ao tempo médio de titulação de não-bolsistas no mestrado, será considerada a seguinte classificação: Até 32 meses para titulação = MB De 33 a 36 meses para titulação = B De 37 a 41 meses para titulação = R De 42 a 45 meses para titulação = F Mais de 45 meses para titulação = I</p> <p>3.4.4. Com relação ao tempo médio de titulação de não-bolsistas no doutorado, será considerada a seguinte classificação: Até 60 meses para titulação = MB De 61 a 64 meses para titulação = B De 65 a 69 meses para titulação = R 70 meses ou mais para titulação = F</p> <p>Obs. O tempo de titulação de alunos MINTER e DINTER será considerado de modo diferenciado.</p>
<p>4 – Produção Intelectual</p>	<p>40%</p>	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	<p>40%</p>	<p>4.1.1. A produção científica docente será avaliada, conforme o Qualis periódico (artigos), a avaliação de livros e de eventos da área (trabalhos completos em Anais), com base nos seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Publicações por docente permanente do programa; ✓ Distribuição de publicações em relação ao corpo docente do programa. <p>Será calculado o percentual da produção em artigos por estrato (entre A1 e B5). Será calculado o percentual</p>

		<p>da produção livros por estrato (entre L4 e L1).</p> <p>A produção entre A1+B1 e L3+L4 será avaliado conforme distribuição percentual do Programa em relação ao desempenho da área.</p> <p>Sem produção nesses estratos: Insuficiente 1 quartil: Fraco 2 quartil: Regular 3 quartil (percentil 70-80): Bom 3 quartil (percentil 90-100): Muito Bom</p> <p>4.1.2. A produção científica qualificada do corpo docente permanente de um Programa será avaliada, de acordo com a classificação abaixo:</p> <p>(i) Livro: obra completa, coletânea temática, dicionário, capítulo de livro, tradução de livro ou capítulo, prefácio, introdução, organização de livro. (ii) Artigos em periódicos nacionais e internacionais; (iii) Trabalho completo publicado em anais de eventos científicos nacionais e internacionais.</p>
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>4.2.1. Com referência a quantidade de produção a área somará todos os produtos e calculará a média per capita. Para avaliação será considerada pontuação per capita do docente permanente no quadriênio em relação à mediana da área:</p> <p>- 25% ou mais acima da mediana – MB - 10 a 24% acima da mediana – B - 9% acima ou abaixo da mediana – R</p>

		<p>- 10-24% abaixo da mediana ou menos – F - Menor que 25% ou mais que a mediana - I</p> <p>4.2.2. Distribuição das publicações entre o corpo docente permanente: Produção bibliográfica distribuída por 40% ou mais dos docentes permanentes = MB Distribuição da produção bibliográfica entre 39% e 30% dos docentes permanentes = B Distribuição da produção bibliográfica entre 29% e 20% dos docentes permanentes = R Distribuição da produção bibliográfica entre 19% e 10% dos docentes permanentes = F Distribuição da produção bibliográfica por menos de 10% dos docentes permanentes = I</p> <p>Em caso de concentração da produção, foi registrada a ocorrência.</p> <p>Foi registrada a produção bibliográfica a coautoria de docentes e discentes e docentes e egressos da IES em relação a média da área (por se tratar de um dado novo, apenas registramos o dado na produção de cada IES sem atribuir um conceito).</p>
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>30%</p>	<p>4.3.1 Nesse item serão considerados, entre outros:</p> <p>a) Relatórios de pesquisa feitos para instituições públicas e agências de fomento à pesquisa; b) Pareceres técnicos elaborados para agências de fomento; c) Organização de bancos de dados de acesso público; d) Participação de docentes em comissões e conselhos técnicos para elaboração de política científica e governamental.</p>

		<p>4.3.2. Quanto a quantidade média de produtos técnicos no quadriênio, será considerada:</p> <p>08 ou mais produções técnicas, com vinculação às áreas de concentração = MB</p> <p>Entre 07 e 05 produções técnicas, com vinculação às áreas de concentração = B</p> <p>Entre 4 e 2 produções técnicas, com vinculação às áreas de concentração = R</p> <p>1 produção técnica, com vinculação às áreas de concentração = F</p> <p>Nenhuma produção técnica = I</p>
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0	Não se aplica
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	50%	<p>Impacto educacional</p> <p>Considerar o impacto educacional da contribuição do Programa com a formação qualificada por meio de:</p> <p>a) Publicação de livros, artigos e materiais didáticos para os cursos de graduação, pós-graduação Lato Sensu e Extensão (considerar o alcance da Editora e número de edições);</p> <p>b) Promoção de eventos científicos;</p> <p>c) Participação de alunos da graduação em núcleos ou grupos de pesquisa.</p> <p>d) Ingresso de bolsistas de IC na Pós-Graduação.</p> <p>e) Participação em entidades científicas.</p> <p>f) Participação em Comissões assessoras da área.</p> <p>g) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar a implementação das diretrizes curriculares e de novos cursos de pós-</p>

	<p>graduação em Serviço Social em nível nacional e internacional.</p> <p>h) Contribuição para a formação de recursos humanos e capacitação de pessoal para atuação na educação básica, por meio de colaboração com Programas de Pós-Graduação para professores da educação básica; publicação de livros, artigos científicos, vídeos cartilhas, entre outros, para utilização de professores e alunos da educação básica.</p> <p>Impacto social</p> <p>Considerar o impacto social do Programa através de:</p> <p>a) Formação de recursos humanos para aprimoramento da gestão pública;</p> <p>b) Formação de recursos humanos para a capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conselhos, fóruns, etc.);</p> <p>c) Assessoria e consultoria para formulação, gestão, implementação, análise e avaliação de Políticas Públicas e na área do ensino e formação profissional em nível nacional e internacional;</p> <p>d) Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>e) Desenvolvimento de sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>f) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar ações implementadas por instituições públicas e da sociedade civil.</p> <p>g) Assessoria e consultoria aos movimentos sociais.</p> <p>Impacto cultural – formação de</p>
--	---

		<p>recursos humanos para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo.</p> <p>a) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar políticas e ações que valorizem as expressões culturais e artísticas de diferentes grupos sociais.</p> <p>Impacto tecnológico/econômico</p> <p>a) Disseminação de metodologias e tecnologias para o desenvolvimento microrregional, regional e ou nacional.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>30%</p>	<p>a) Desenvolvimento de intercâmbios com outros programas de pós-graduação (PROCAD, PQI, DINTER, MINTER, Casadinho e outros), em nível nacional e internacional;</p> <p>b) Desenvolvimento de intercâmbios com instituições governamentais e não governamentais em níveis local, nacional e internacional.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>20%</p>	<p>a) Existência e manutenção de página WEB para a divulgação, de forma atualizada, de informações sobre o Programa, seu quadro docente e discente; os critérios de seleção ao Programa, parte significativa de sua produção docente, dissertações e teses, grupos e núcleos de pesquisa, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas, entidades privadas etc. Será considerada o uso de outras ferramentas na rede social (quando informada no relatório da IES).</p> <p>b) Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.</p>

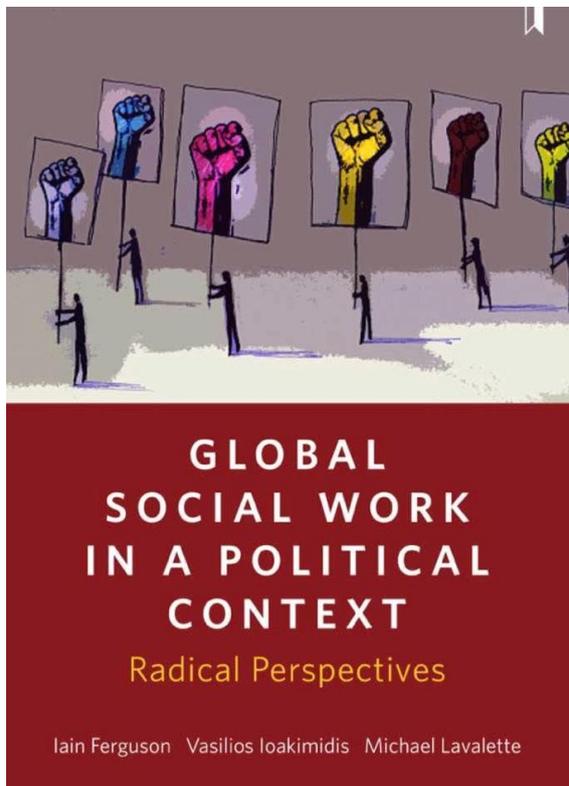
V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

Compreendendo que a internacionalização é um processo que deve ser ampliado e aprofundado considerando sua centralidade na disseminação e troca de conhecimento, a área valoriza estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional reafirmando o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Historicamente, a área tem apresentado expressiva inserção no cenário internacional, por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, resultantes da participação em diretorias de associações internacionais da área, conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, acordos e convênios internacionais, presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, tanto coordenando grupos de trabalho como apresentando a produção científica (mapa 3).

A área se destaca pelas publicações voltadas para análise da questão social no Brasil e para a avaliação e implementação de políticas sociais, evidenciando aderência e produção de alto nível sobre questões que afetam a realidade social brasileira e latino-americana. Diferentemente de outras realidades, principalmente da Europa e Estados Unidos, a área do Serviço Social, no Brasil, possui uma tradição acadêmica, com densa produção bibliográfica em uma matriz teórica crítico-dialética com inserção no campo das ciências humanas e sociais

Essas publicações têm relação com as cooperações internacionais realizadas pela área e seu compromisso com o fortalecimento do Serviço Social na América Latina e na África. A internacionalização para a área significa o exercício da ação colaborativa com os continentes e o espraiamento de uma dada concepção da profissão. Assim, no mundo duas tradições da profissão se colocam em disputa: uma defendida pelas Escolas americanas (com influências em diferentes regiões do mundo) e outra defendida pelo Brasil (e que tem influenciado Portugal, Espanha, África e América Latina). Escolas de Serviço Social brasileiro colaboram com a estruturação (ou reestruturação) de escolas de Serviço Social nestes países. A bibliografia produzida no Brasil é utilizada como parte do aporte teórico-metodológico utilizado nessas unidades no exterior (vários livros foram e estão sendo traduzidos para a língua espanhola), como parte dessa demanda. Um exemplo é a Biblioteca latino-americana de Serviço Social (publicada pela Cortez Editora), composta por 14 títulos originalmente lançados em língua portuguesa e traduzidos para o espanhol (par utilização



This book draws on our work with colleagues in a variety of radical social work networks across the global social work community. It would be impossible to thank them all individually, but we would like to acknowledge the support, friendship and comradeship of colleagues in the range of radical social work groups across the globe. These include the Social Work Action Network (SWAN) groups in Ireland, Greece, Canada and Britain. Similar groups in other global locations include the Boston Liberation Health Group, the New Approach Group in Hungary, the Progressive Welfare Network, Hong Kong, the Rebel Social Work Group in New Zealand/Aotearoa and the Arbeitskreis Kritische Soziale Arbeit (Critical and Radical Social Work Network) in Germany. We would also like to acknowledge the many inspiring representatives that we have met from the social work associations in Spain, Argentina and Brazil. In particular, we remember fondly the meeting we coordinated at the Global Social Work conference in Sweden to try and establish an international network together; the meeting was well attended and just about to start when the Brazilian colleagues arrived. Their presence was remarkable for two reasons: first, there were lots of them! Second, they all wanted to debate with us on the continuing relevance of Marxism to social work – not something we experience very often!

Our experience in social work has also been enhanced by the involvement of a range of service users and service-user organisations and colleagues in relevant campaigning organisations. Among the many organisations that we have worked with, we would like to thank Disabled People Against the Cuts, Recovery in the Bin, Black Triangle, Shaping Our Lives and Stand Up To Racism. In Britain, many social workers are active within both social work and their union. Helen Davies, Sharon Campion, Simon Cardy, Malcolm Jones, Bea Kay and Jimmie Main are active Unison members (and SWAN supporters) who regularly provide us with insights on working life on the social work front line.

As well as organisations, we would like to thank a number of colleagues who we have worked with in radical social work over the years: from the global community, the list includes Bessa Whitmore, Michael Reisch, Elaine Behring, Catherine MacDonald, Suzanne Dudziak, Jelka Zorn, Silvana Martinez, Fumihito Ito, Lúcia Garcia, Paul Michael Garrett, Dawn Belkin Martinez and Roberta Uchoa. Closer to home, we would like to thank Rich Moth, Linda Smith, Joe Greener, Rea Maglajlic, John Harris, Terry Murphy, Jeremy Weinstein, Natalie Farmer, Barrie Levine, Victoria Jupp-Kena, Lee Humber, Peter Beresford, Katherine MacKay, Malcolm Jones, Des McDermott, Mark Baldwin, Chris Jones, Gurnam Singh, Maria-Inez Martinez, Alissa Ruane, Bob Williams-Finlay and the sadly missed Rona Woodward. Three people who deserve special mention for their inspiration and continuing commitment to radical social work theory and practice are Dora Teloni in Greece, Kerry Cuskelly in Ireland and Lam Chi Leung in Hong Kong

v

É mister destacar que uma perspectiva internacional traz em si inúmeros desafios. Isso porque o Social Work apresenta variações de país a país. Ou seja: “[...] vary from country to country: they share similarities but also have notable differences” (ZASTROW, 2016, p. 59).

O processo de internacionalização das Pós-graduações em Serviço Social brasileiro ocorre desde o seu nascedouro nos anos 1972, quando alguns dos primeiros mestres e doutores da área de Serviço Social buscam programas no exterior para suas titulações. Cabe destacar que os primeiros Programas de Doutorado nos Estados Unidos datam da década de 1940. Em termos históricos de longa duração a criação da pós-graduação em Serviço Social nos países hispano-americanos é muito recente. *Pari passu* à expansão da Pós-graduação no Brasil, observa-se uma mudança no fluxo ao exterior. Em uma análise mais recente (1998-2014) vemos que a área apresenta uma tendência de crescimento de demanda de bolsas de pós-doutoramento e doutorado sanduiche no exterior.

A internacionalização tem se dado em duas direções: 1) em função dos objetos comuns de estudo e pesquisas, especialmente com os países da Europa do Sul e, em menor proporção, com os do Norte, Estados Unidos, Canadá e China prevalecendo os processos de cooperação e intercâmbio a partir de pesquisas em redes e da participação de pesquisadores em equipes internacionais; 2) em relação a América Latina e a África, a internacionalização

assume outras tendências, marcadas pela participação ativa dos programas nos processos de criação, consolidação e qualificação de quadros intelectuais vinculados à graduação e pós-graduação, com significativa mobilidade docente e discente e produções conjuntas.

A área tem estimulado e mantido um fluxo contínuo de capacitação docente no exterior, o que tem propiciado desdobramentos positivos, especialmente com a contratação de professores visitantes internacionais nos Programas da Área e realização de pesquisas conjuntas. Tem-se realizado, e vem se ampliando, as titulações em co-tutela com Programas de diferentes países, *consolidando* Convênios Bilaterais para Dupla Titulação/Diplomação. Inúmeros projetos de pesquisas com financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos Programas de Pós-graduação da Área. Além da articulação e do envolvimento de programas da área em redes internacionais de pesquisa.

Assim, o entendimento de internacionalização assume uma perspectiva de colaboração entre os países, e em muitos momentos, de liderança do Serviço Social brasileiro. Isso se expressa por alguns indicadores:

- a) Percentual de alunos estrangeiros⁴ nos PPGs⁵ (2,5%);
- b) Crescente demanda de parceiros estrangeiros (de países de língua inglesa e francesa) de parceria com PPGs do SS do Brasil;
- c) Presença de docentes dos PPGs brasileiro em conferências e mesas redondas nos principais eventos internacionais (entre eles, o da International Federation of Social Work);
- d) Presença de docentes brasileiros como professor visitante em Universidades estrangeiras.

Em função desta trajetória o processo de internacionalização na área vem assumindo duas tendências:

a) Contribuição para o processo de formação de quadros docentes e pesquisadores na área em nível de pós-graduação nos países da América Latina e Caribe e da África, incentivando a formação de mestres, doutores, cooperações, pós-doutoramento, DINTER internacional e estágio sênior.

b) Participação em redes de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio com outros países, além dos africanos e latino-americanos, por meio de publicações internacionais e de parcerias com Núcleos de Pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores. Este intercâmbio favorece a formação qualificada para atuar no campo das políticas sociais, na seguridade social e nas mais diversas expressões da questão social contemporânea. Inclusive observa-se a participação de professores brasileiros como professor convidado em universidades estrangeiras.

⁴ São oriundos do continente americano (Argentina, Chile, Colômbia, Nicarágua, Cuba, Estados Unidos, Nicarágua, Peru, Venezuela e Uruguai), continente europeu (Alemanha, França, Itália e Portugal) e continente africano (Angola, Moçambique e Guiné Bissau).

⁵ Realizamos levantamento, a partir do currículo Lattes de alunos do Doutorado nos PPGs da área, e identificamos que os dados divergem daqueles cadastrados no Coleta dos Programas (percentual cadastrado corresponde a 1,3%). Ou seja, é necessária a atenção das IES quanto aos dados que estão disponibilizando, pois há sub-registro desse indicador.

4.b. Critérios da área para atribuição de notas 6 e 7.

As notas 6 e 7 serão reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos MB em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições:

- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação

1. Liderança Intelectual

1.1 – Docentes com bolsa produtividade em pesquisa do CNPq e Fundações estaduais de pesquisa;

1.2 - Publicações do corpo docente permanente expressas nos estratos superiores (A1 e A2) e L4.

1.3 – Pesquisas concluídas e publicadas, com circulação nacional e internacional.

1.4 – Iniciativas de cooperação e intercâmbio nacional e internacional dos grupos de pesquisa;

1.5 – Participação de docentes do corpo permanente – como convidados – em eventos nacionais e internacionais da área;

1.6- Participação de docentes do corpo permanente – como convidados – em eventos das áreas afins nacionais e internacionais;

1.7. Participação de docentes permanentes em redes de pesquisa nacional e internacional;

1.8. - Atração de doutorados-sanduíche de discentes de IES nacionais;

1.9. - Atração de pós-doutorados ou estágio senior pós-doutoral de docentes de IES nacionais ou estrangeiras.

2. Internacionalização

- Percentual de docentes do corpo permanente e colaboradores com participação em Programas de IES estrangeiras, na condição de visitante ou de pesquisadores convidados;

- Percentual de docentes em estágio pós-doutoral e/ou estágio-sênior no exterior;

- Professores Visitantes estrangeiros recebidos pelo Programa no quadriênio;

- Alunos em IES estrangeiras, para realização de doutorado-sanduíche;

- Alunos estrangeiros (bolsistas do PEC-PG) no quadriênio;

- Alunos estrangeiros através de convênios e fundações estrangeiras;

- Alunos estrangeiros por demanda espontânea;

- Participação de docentes – como convidados – em eventos científicos internacionais, realizados no exterior;

- Participação de docentes – como convidados – em eventos científicos internacionais, realizados no Brasil;

- Participação de docentes em eventos científicos internacionais coordenando mesas temáticas e com comunicações científicas;

- Participação de docentes em eventos promovidos por redes de pesquisa temática no exterior;
 - Formação de mestres e doutores com dupla titulação ou co-diplomação
 - Financiamento internacional para atividades de pós-graduação;
 - Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;
 - Pareceristas quando de acreditação e revalidação de cursos da Área no exterior;
 - Pareceristas Ad Hoc em revistas internacionais;
 - Pareceristas de comunicações científicas em eventos internacionais da área ou de área afins;
 - Histórico de participação em diretorias de associações científicas nacionais e internacionais;
 - Participação em projetos de pesquisa envolvendo programas de pós-graduação nacional e de grupos de pesquisa em programas e ou institutos de pesquisa e pós-graduação estrangeiros;
- Participação como avaliadores de projetos e concessão de bolsas para agências de fomento à pesquisa no exterior;
- *site* do Programa em inglês.

3. Solidariedade

- Iniciativas de cooperação com programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado), através da participação de docentes do corpo permanente em atividades dos Programa (Mini-cursos, bancas, eventos, pareceres, congressos de pesquisa);
- Iniciativas de cooperação com grupos que ainda não têm curso de pós-graduação stricto sensu: Minter, Dinter, Casadinho, PROCAD;
- Formação de quadros acadêmicos em associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em regiões do país ou países com menor grau de desenvolvimento da pós-graduação;
- Assessoria para a formulação de propostas de novos cursos;
- Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- Parceria de docentes em pesquisa e orientação em pós-graduações da área, não consolidados.
- Realização de eventos acadêmicos conjuntos.
- Realização de publicações conjuntas

4. Nucleação:

Os programas devem demonstrar a participação de egressos em:

- Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, do país e do exterior;
- Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;

- Engajamento em atividades/cargos de formulação, planejamento e avaliação de políticas públicas em instituições federais, estaduais ou municipais.

5. Liderança:

- Atração de alunos da Área de diferentes Regiões do país e de outros países;
- Atração de alunos de outras áreas da Região e de diferentes Regiões do país e de outros países;
- Presença de docentes, como convidados nas IES de origem dos seus egressos vinculados à docência, nacionalmente;
- Presença de docentes, como convidados nas IES de origem dos seus egressos vinculados à docência, internacionalmente;
- Docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, Fundações Estaduais de Pesquisa, CAPES, etc. ou de agências de fomento internacionais;
- Premiações nacionais e internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
- Docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais;
- Participação em atividades institucionais, relevantes para a formulação de políticas públicas;
- Participação em atividades de organização e assessoria a movimentos sociais;
- Participação em instituições na condição de avaliadores e formuladores de projetos e políticas públicas

Nota 6: Predomínio do conceito “Muito Bom” em todos os quesitos da ficha, mesmo que eventualmente apresente o conceito “Bom” em algum item; que apresente nível de desempenho diferenciado em relação ao conjunto dos Programas quanto à formação de recursos humanos em nível de Doutorado e produção intelectual, e desempenho equivalente aos centros internacionais de excelência da área (internacionalização e liderança).

Nota 7: Conceito “Muito Bom” em todos os quesitos da ficha; que apresente nível de desempenho altamente diferenciado em relação ao conjunto dos Programas quanto à formação de recursos humanos em nível de Doutorado e produção intelectual, e desempenho equivalente aos centros internacionais de excelência da área (internacionalização e liderança).

VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIOS ANTERIORES 2010 e 2013

O corpo docente da área 32 foi composto no quadriênio por 426 docentes permanentes, 100 colaboradores e 14 visitantes (respectivamente, 78,9%, 18,5% e 2,6%). Registramos 3 Programas que ficaram abaixo do percentual de 70% de Docentes permanentes.

A mediana de docentes permanentes foi de 11 (mínimo de 8 e máximo de 27) e de 3 colaboradores (mínimo 0 e máximo 13). O número médio de docentes permanentes nessa quadrienal foi de 12,5 (mantendo-se estável quando comparado às trienais 2013 e 2010 – 12,3 e 12,5, respectivamente).

O número de bolsistas produtividade do CNPq, em 2016, entre os docentes permanentes com bolsa produtividade foi de 80 (18,8% do total) variando entre um mínimo de 1 (oito Programas – 23,5%) e máximo de 7 (2 Programas – 5,9%). Entre os 80 bolsistas, 11,2% são 1A, 13,8% são 1B, 11,2% são 1C, 6,3% são 1D e 57,5% são nível 2. Esse percentual de bolsistas é um importante indicador do corpo docente, se considerarmos que a média de bolsas por PPG é de 2,4, enquanto que na Grande Área Sociais Aplicadas a média é de 1,7. Dos 34 PPGs da área (32 em avaliação e 2 em acompanhamento), 8 Programas não contaram com bolsistas de Pq (23,5%).

Quanto a área de titulação, 49,4% dos docentes têm Doutorado em Serviço Social, seguidos por titulações em todas as Grandes áreas de conhecimento, destacando-se as Grandes áreas das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas (tais como, Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia). Quando consideramos os cursos em Serviço Social, a área exige que 60% sejam graduados ou doutores em Serviço Social. Para cursos de Políticas Sociais e Políticas Públicas, esse percentual é de 30%. Para os 2 cursos de Economia Doméstica essa regra não se aplica.

Quanto ao ano de nascimento dos docentes, estes nasceram nas décadas de 1960 (43,3%), seguidas das décadas de 1950 (25,3%) e de 1970 (16,6%). Há ainda a entrada de jovens doutores (1,8% nasceram nos anos 1980) e a presença de doutores muito experientes (nascidos entre as décadas de 1930 e 1940 – 13,4%). Ou seja, há em um curso um processo de renovação gradual dos quadros que compõem a Pós-Graduação. Observa-se que a titulação destes docentes ocorreu entre 2000-2009 (65%), período de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Os docentes são, em sua maioria, servidores públicos (76%). Registra-se que 1% dos docentes permanente são de professores aposentados e 23% celetistas. Do total de Docentes permanentes, 6 (1,4%) em 2013, 2014 e 2015 participaram de 3 Programas de Pós-Graduação, passando a 8 docentes vinculados como permanentes em 3 Programas.

Em 2013, 419 IC foram cadastrados pelos PPGs sob responsabilidade dos docentes permanentes. Neste mesmo ano, dos 30 PPGs, 6 Programas (20%) não contaram com essa atividade

Em 2014 o número de IC cresceu para 470, sendo que dos 32 PPGs, 6 continuaram não registrando essa atividade (18,8%). Em 2015, foram 466 registros de IC e 6 Programas não registraram essa atividade (18,8%). E, em 2016, o número caiu para 346 e 8 Programas não registraram essa atividade (23,5%). Dos PPGs que apareceram sem IC registrado, 3 não registraram a atividade de IC em todos os anos (entre esses, em apenas 1 PPG os docentes estão vinculados à Graduação).

O tamanho do corpo discente no início do quadriênio (2013) foi de 1.424 mestrandos (1006 matriculados, 361 titulados, 35 desligados e 21 abandonos) e 841 doutorandos (706 matriculados, 122 titulados, 1 abandono e 12 desligados). Em 2016 foram 2287 mestrandos (1016 matriculados no final do ano, 392 titulados, 35 desligados e 3 abandonos) e 829 doutorandos (706 matriculados no final do ano, 122 titulados e 1 abandono).

Os programas da área de Serviço Social foram responsáveis pela titulação de 392 mestres (média de 10,5 titulados por programa, sendo o mínimo 4 e o máximo 29); 122 doutores (média de 7 titulados por programa, sendo o mínimo 2 e o máximo 25).

O tempo médio de titulação para o mestrado foi de 28 meses no quadriênio (mínimo 2 e máximo 71) e de 52,5 meses para o doutorado (mínimo 29 meses e máximo 81 meses). Assim, apesar das médias estarem dentro dos parâmetros indicados pela área, os tempos mínimo e máximo requerem atenção dos PPGs.

A relação discente/docente permanente no quadriênio variou entre mínima de 1,4 (PPG só com Mestrado) e 13,8 (PPG com Mestrado e Doutorado). A mediana da relação discente/docente permanente entre os PPGs com Mestrado foi de 3,5 e dos Programas com mestrado e Doutorado foi de 6,3. Essa relação discente/docente requer revisão na próxima quadrienal, considerando que o documento de área estabelece um limite de até 10 discentes por docente, sem estabelecer diferenciação por nível (necessário aos Programas com Mestrado e Doutorado) e também para as IES cujo contrato de trabalho se dá somente na Pós-Graduação.

Os discentes publicaram no quadriênio 499 artigos (10%), 667 livros (13,5%) e 3787 trabalhos completos em Anais (76,5%). Em termos de estratos, os artigos publicados foram assim distribuídos: 8,2% em A1; 18% em A2; 12,4% em B1; 11,8% em B2; 19,6% em B3; 14,6% em B4 e 15,2% em B5. O percentual de discentes autores variou entre mínimo de 12,9% e 90,6% (mediana de 56,5%). Identificamos o subregistro desta informação em alguns PPGs, aspecto que merece atenção no cadastros futuros.

Os discentes registraram 4910 trabalhos técnicos, sendo 61,5% apresentações de trabalhos em eventos científicos, seguido por 9,9 organizações de evento científico e 6,2% em serviços técnicos.

Foram cadastrados 4203 egressos em 5 anos. Esses publicaram 192 artigos, 63 livros, 206 capítulos, 2 verbetes e 405 trabalhos completos em anais de eventos científicos. Em 6 Programas (18,8% não apresentaram produções de egressos). O percentual de egresso autor variou entre 0 (6 programas) e 45,7% (1 Programa), e mediana de 16,6%. Treze (13) Programas registraram 20% ou mais de egresso autor. Não houve relação entre nota do

Programa e o percentual de produção de egresso. Tal aspecto deve-se às dificuldades dos PPGs de acompanhamento de seus egressos. Por ser um dado novo, esses percentuais são importantes em avaliações futuras.

Quando analisamos a produção apenas de egressos do Doutorado, esses foram responsáveis por 148 artigos (77,1%), 54 livros (85,7%), 152 capítulos (73,8%), 2 verbetes (100%) e 249 trabalhos completos em Anais (61,5%).

A produção em coautoria egresso/discente/docente registrada foi de 12 artigos, 23 livros e 61 TCAs. A média produção em coautoria docente-discente foi de 15 e na produção docente-egresso foi de 3 (dado sub-registrado nos Coletas dos Programas).

A produção técnica dos discentes totalizou 4910 produtos. Os principais itens da produção técnica foram: 61,5% apresentação de trabalhos em eventos científicos, 11,5% em outros e 9,9% em Organização de eventos. A produção per capita discente variou entre 0 e 5,4 produtos.

Dados da Capes indicam que em 2014, 559 egressos de Mestrados da área Serviço Social, estavam matriculados como discentes de Doutorado, sendo que 76,4% em PPGs da própria área.

O percentual de mestres e doutores empregados em 2013 e 2014 foi de 84,1 e 78,8%, respectivamente, prioritariamente no Ensino Superior (88,8% dos mestres e 97,2% dos doutores). A mediana de idade de mestres e doutores da área (há 2, 5 e 10 anos) permanece igual (32, 32 e 33 anos no Mestrado e 41, 44 e 41,5 anos no Doutorado).

Os docentes publicaram 1.516 artigos no quadriênio, assim distribuídos: A1 = 194 (13%); A2 = 317 (21%); B1 = 258 (17%); B2 = 158 (10%); B3 = 244 (16%); B4 = 194 (13%); B5 = 915 (10%).

A mediana de artigos publicados por programa foi de 39 (mínimo 11; máximo 129) ao longo do quadriênio, o que correspondeu a uma média de 136,85 pontos por docente permanente (mínimo 13,5; máximo 453,8).

A distribuição dos artigos A1+A2 variou entre 0 (1 Programa) e 60 (1 Programa). A média foi de 11,5 artigos nesses 2 estratos por PPG. Percentualmente essa variação oscilou entre 0 e 11,8% (média de 2,5%).

Em termos da produção em livros, capítulos de livros, verbetes foram 706 obras distribuídas entre 103 em L4 (14%), 256 em L3 (36%), 266 (38%) e 83 em L1 (12%).

Dos 32 programas avaliados, a pontuação per capita no quadriênio variou entre 723,4 pontos e 53,1 pontos. Um (1) PPG alcançou mais de 700 pontos, 3 PPGs alcançaram mais de 600 pontos per capita, 3 alcançaram mais de 500 pontos, 5 mais de 400 pontos, 6 mais de 300 pontos, 8 mais de 200 pontos, 4 acima de 100 pontos e 2 abaixo de 100 pontos.

A mediana da produção per capita docente permanente (considerando todos os PPGs) foi de 338,1 pontos. Em uma análise somente dos Programas nota 3, a mediana foi de 208,2 pontos.

Em termos de distribuição da produção bibliográfica, os docentes permanentes apresentaram entre 0 produtos bibliográficos (22 docentes) e 72 produtos (1 docente), com

mediana de 9 produtos. Treze DPs (3%) apresentaram 50 ou mais produtos. Aqui foram considerados artigos, livros, capítulos, verbetes e trabalhos completos em Anais.

Quando consideramos a produção em livros, capítulos e artigos (3777 produtos cadastrados), a mediana atribuída aos DP foi de 5 produtos (entre 0 e 60 produtos). Dezesesseis docentes apresentaram 30 ou mais produtos (3,7%). Esses representaram 17% do total de publicações dos docentes permanentes. Excluindo-se os 22 docentes permanentes com produção zero (5,2%), 83% da produção está distribuída entre os 91,1% docentes. Ou seja, a produção está distribuída adequadamente.

A produção técnica de todos os docentes no quadriênio registrou 14.938 produtos (88,6% são de docentes permanentes). Cada IES produziu entre 23 e 1226 produtos técnicos. Os programas da área têm impactado internacional, nacional e regionalmente pela formação de recursos humanos para o ensino superior e para a pesquisa. Em termos internacionais, a colaboração ocorre com países latino-americanos e africanos, assegurando a expansão da Graduação e Pós-Graduação. Em termos nacionais e regionais temos as ações de cooperação entre IES, com destaque aos Programas: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), Capes-Cofecub e Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI). Tais ações (em nível nacional e internacional) que tem gerado ações de mobilidade de docentes e discentes, formação complementar, desenvolvimento de projetos e de publicações qualificadas em coautoria.

Temos também colaborado com a formação de profissionais para atuação qualificada nas políticas públicas, especialmente nas Políticas que compõem a Seguridade Social (Assistência social, Saúde e Previdência Social), entre outros.

Os Programas da área têm desenvolvido projetos de pesquisa e de extensão assegurando a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando Graduação e Pós-Graduação em ações junto à comunidade, na luta em defesa dos direitos sociais.

São registradas ações de assessorias, consultorias, cursos diversos, voltados ao fortalecimento dos espaços de controle social (como os conselhos gestores de políticas sociais e os conselhos de defesa de direitos), dos movimentos sociais, coletivos (femininos, LGBT, entre outros) e Fóruns, entre outros. Registram-se ainda ações junto às gestões das políticas públicas (em nível nacional e local), apresentando reflexões e subsidiando o desenho dessas políticas.

Destaque ainda a participação de docentes e discentes em espaços de representação da categoria em nível nacional (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e internacional (ALAIETS, International Association Schools of Social Work – IASSW-, e International Association of Social Work - IASW), como editores de periódicos científicos ou membros de conselhos editoriais (nacionais e internacionais), além de conferencistas nos principais eventos (nacionais e internacionais) da categoria.

Os programas têm mantido páginas web para divulgação de informações de interesse de candidatos, garantindo acesso público às Produções dos Programas, suas formas e critérios de acesso, corpo docente e discente. Registra-se aqui que em alguns Programas, as

páginas apresentaram-se desatualizadas, fora do ar ou o link era diferente do informado no Coleta.

Quanto aos Programas com notas 5, 6 e 7 (na trienal 2013) identificamos uma IES que não atendeu à exigência mínima de página bilíngue (sendo esse aspecto registrado em sua ficha de avaliação).

Nos últimos 4 anos, a área vivenciou importantes avanços em relação às trienais anteriores, apesar dos cortes orçamentários impostos às Universidades. Esses avanços se expressaram nos indicadores acima descritos (quer em número de titulados, quer na inserção diferenciada dos egressos, quer na internacionalização da área, quer na produção intelectual). Esse crescimento é resultado de um processo coletivo que vem sendo buscado pelos PPGs, a despeito de uma conjuntura de crise que incidem sobre o cotidiano e as ações de docentes, discentes e técnico-administrativos das Universidades. Entre as dificuldades, podemos elencar:

- percentual de bolsas abaixo das demandas da área e do perfil dos discentes;
- perda de servidores técnico-administrativo que impõe aos coordenadores um sobre trabalho nas suas inúmeras atividades;
- demissão de docentes em IES comunitárias;

Assim, a quadrienal 2017 evidencia uma área de conhecimento consolidada, que completou 45 anos desde a criação de seu primeiro curso (em 1972) e que explicita claramente seu compromisso com os princípios éticos e políticos do Serviço Social e uma internacionalização e intercâmbios internacionais (tanto Sul-Sul; quanto Sul-Norte).

Há, por fim, que se destacar os desafios postos à área para o próximo quadriênio: superação da nota 3x3 (cujo número cresceu em relação às avaliações anteriores); consolidação dos Programas nota 4 para alcance da nota 5 (em 2021); ampliação de trabalhos em coautorias com autores estrangeiros (resultado das parcerias com IES estrangeiras).

ANEXO

Programas com respectivas nota e nível

Código	IES	Nome	Nível	Nota 2017
12001015027P0	UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	MESTRADO	3
15001016036P7	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	MESTRADO/DOUTORADO	4
20001010003P6	UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MESTRADO/DOUTORADO	6
21001014005P1	FUFPI	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	MESTRADO/DOUTORADO	4
22003010025P8	UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	MESTRADO	3
23001011027P0	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	MESTRADO/DOUTORADO	4
23002018010P7	UERN	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	MESTRADO	3
24001015019P0	UFPB/ J.P.	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	MESTRADO	3
24004014015P4	UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	MESTRADO	3
25001019031P3	UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	MESTRADO/DOUTORADO	6
25003011037P4	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	MESTRADO	2
26001012016P7	UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	MESTRADO	4
27001016037P7	FUFSE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	MESTRADO	3
30001013020P6	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	MESTRADO/DOUTORADO	5
30013011001P6	EMES CAM	ESCOLA SUPER. DE CIÊNC DA ST CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA	MESTRADO	3
31001017066P9	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO/DOUTORADO	4
31003010049P3	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MESTRADO/DOUTORADO	4
31003010084P3	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MESTRADO	3
31004016028P9	UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO/DOUTORADO	6
31005012021P0	PUC- RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO/DOUTORADO	5
32002017019P0	UFV	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	MESTRADO/DOUTORADO	4
32005016013P0	UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	MESTRADO	4
33004072067P2	UNESP /FR	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA	MESTRADO/DOUTORADO	4
33005010020P3	PUC/S P	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	MESTRADO/DOUTORADO	7
33009015171P3	UNIFE SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	MESTRADO	3
40002012020P0	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	MESTRADO/DOUTORADO	4
40015017026P0	UNIOE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO	MESTRADO	3

	STE	PARANA		
41001010047P6	UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	MESTRADO/DOCTORADO	5
42001013158P1	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	MESTRADO	3
42005019008P5	PUC/R S	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	MESTRADO/DOCTORADO	6
42006015005P2	UCPEL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	MESTRADO/DOCTORADO	4
50001019023P1	UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	MESTRADO	3
52002012011P5	PUC- GOIÁS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	MESTRADO	3
53001010035P1	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	MESTRADO/DOCTORADO	6

Comissão de Avaliação

Nome do Consultor	Instituição de Ensino
BERENICE ROJAS COUTO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
INEZ TEREZINHA STAMPA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
IRIS MARIA DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
IVANETE SALETE BOSCHETTI	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
JOANA VALENTE SANTANA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
JULIANE FEIX PERUZZO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MARIA LUCIA TEIXEIRA GARCIA (Coordenador de Área)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
MONICA DE CASTRO MAIA SENNA	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
OLEGNA DE SOUZA GUEDES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ROSA LUCIA PREDES TRINDADE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
VALERIA LUCILIA FORTI (Coordenador Adjunto de Programas Profissionais)	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
VERA MARIA RIBEIRO NOGUEIRA (Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
YOLANDA APARECIDA DEMETRIO GUERRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pedidos de Reconsideração

Foram apresentados pedidos de reconsideração de 6 Programas, a saber: UFRJ, UFF-Política Social, UFF-Serviço Social, UFRPE, UFAM e FUFPI.

Após análise pela Comissão, as notas finais do PPGs da área:

Código	IES	Nome	Nível	Nota 2017
12001015027P0	UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	MESTRADO	3
15001016036P7	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	MESTRADO/DOUTORADO	4
20001010003P6	UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MESTRADO/DOUTORADO	6
21001014005P1	FUFPI	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	MESTRADO/DOUTORADO	4
22003010025P8	UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	MESTRADO	3
23001011027P0	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	MESTRADO/DOUTORADO	4
23002018010P7	UERN	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	MESTRADO	3
24001015019P0	UFPB/ J.P.	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	MESTRADO	3
24004014015P4	UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	MESTRADO	3
25001019031P3	UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	MESTRADO/DOUTORADO	6
25003011037P4	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	MESTRADO	2
26001012016P7	UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	MESTRADO	4
27001016037P7	FUFSE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	MESTRADO	3
30001013020P6	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	MESTRADO/DOUTORADO	5
30013011001P6	EMES CAM	ESCOLA SUPER. DE CIÊNC DA ST CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA	MESTRADO	3
31001017066P9	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO/DOUTORADO	5
31003010049P3	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MESTRADO/DOUTORADO	5
31003010084P3	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MESTRADO	3
31004016028P9	UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO/DOUTORADO	6
31005012021P0	PUC- RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO/DOUTORADO	5
32002017019P0	UFV	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	MESTRADO/DOUTORADO	4
32005016013P0	UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	MESTRADO	4
33004072067P2	UNESP /FR	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA	MESTRADO/DOUTORADO	4
33005010020P3	PUC/S P	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	MESTRADO/DOUTORADO	7
33009015171P3	UNIFE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	MESTRADO	3

	SP			
40002012020P0	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	MESTRADO/DOUTORADO	4
40015017026P0	UNIOESTE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	MESTRADO	3
41001010047P6	UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	MESTRADO/DOUTORADO	5
42001013158P1	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	MESTRADO	3
42005019008P5	PUC/RIS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	MESTRADO/DOUTORADO	6
42006015005P2	UCPEL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	MESTRADO/DOUTORADO	4
50001019023P1	UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	MESTRADO	3
52002012011P5	PUC-GOIÁS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	MESTRADO	3
53001010035P1	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	MESTRADO/DOUTORADO	6

Comissão de Reconsideração:

Professora Doutora Potyara Amazoneida Pereira Pereira (UnB)

Professora Doutora Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP)

Professora Doutora Ana Elizabete F. S. Mota (UFPE)

Professora Doutora Vera Maria R. Nogueira (UCPEL) – coordenadora adjunta acadêmica

Professora Doutora Maria Lúcia Teixeira Garcia (UFES) – coordenadora da área 32



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação



RESULTADOS FINAIS DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017 - PROGRAMAS ACADÊMICOS E PROGRAMAS PROFISSIONAIS

Sigla IES*	Código do Programa	Nome do Programa	Nível	Nota**
EMESCAM	30013011001P6	POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL	Mestrado	3
FUFPI	21001014005P1	POLÍTICAS PÚBLICAS	Mestrado/Doutorado	4
FUFSE	27001016037P7	Serviço Social	Mestrado	3
PUC/RS	42005019008P5	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	6
PUC/SP	33005010020P3	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	7
PUC-GOIÁS	52002012011P5	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	3
PUC-RIO	31005012021P0	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	5
UCPEL	42006015005P2	POLÍTICA SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UECE	22003010025P8	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	Mestrado	4
UEL	40002012020P0	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UEPB	24004014015P4	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	3
UERJ	31004016028P9	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	6
UERN	23002018010P7	Serviço Social e Direitos Sociais	Mestrado	3
UFAL	26001012016P7	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UFAM	12001015027P0	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	3
UFES	30001013020P6	POLÍTICA SOCIAL	Mestrado/Doutorado	5
UFF	31003010049P3	POLÍTICA SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UFF	31003010084P3	SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Mestrado	3
UFJF	32005016013P0	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	4
UFMA	20001010003P6	POLÍTICAS PÚBLICAS	Mestrado/Doutorado	6
UFMT	50001019023P1	POLÍTICA SOCIAL	Mestrado	3
UFPA	15001016036P7	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UFPB/J.P.	24001015019P0	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	3
UFPE	25001019031P3	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	6
UFRGS	42001013158P1	POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	3
UFRJ	31001017066P9	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UFRN	23001011027P0	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4
UFRPE	25003011037P4	CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Mestrado	2
UFSC	41001010047P6	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	5
UFV	32002017019P0	ECONOMIA DOMÉSTICA	Mestrado/Doutorado	4
UNB	53001010035P1	POLÍTICA SOCIAL	Mestrado/Doutorado	6
UNESP/FR	33004072067P2	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado/Doutorado	4

UNIFESP	33009015171P3	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS	Mestrado	3
UNIOESTE	40015017026P0	SERVIÇO SOCIAL	Mestrado	3

* No caso de PPG em forma associativa, somente o nome da IES coordenadora aparece nesta planilha.

** As notas dos PPG para os quais o CTC-ES recomenda o descredenciamento do doutorado foram registradas como 3/2 - sendo 3 a nota atribuída ao Mestrado e 2 a nota atribuída ao Doutorado.

Avaliação Quadrienal

Quadro resumo das notas da área (esse painel já considera a nota final após reconsideração)

SERVIÇO SOCIAL



Avaliação
Quadrienal

Legenda:

diminuiu de nota

manteve a nota

subiu de nota

Nota anterior a 2017	Nota atual							Total
	2	3	4	5	6	7		
3	1	12	1				14	
4			10	1			11	
5				2			2	
6			1		5		6	
7						1	1	
Total	1	12	12	3	5	1	34	

Programas com doutorado >=3

Nível	(Vários itens)
Nota atual	% programas com doutorado
4	52,6%
5	15,8%
6	26,3%
7	5,3%
Total Geral	100,0%

Total 6 e 7
32%



Nível	Nota atual							Total
	2	3	4	5	6	7		
Mestrado	1	12	2				15	
Mestrado/Doutorado			10	3	5	1	19	
Total	1	12	12	3	5	1	34	